UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA

KAIQUE PINHO DA SILVA

OLIGARQUIA VITORINISTA (1945-1965): entre presença e ausência no ensino de História do Maranhão

São Luís
2024

KAIQUE PINHO DA SILVA

OLIGARQUIA VITORINISTA (1945-1965): entre presença e ausência no ensino de História do Maranhão

Monografia apresentada ao Curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão para o grau de Licenciatura em História.

Orientadora: Profª. Drª. Sandra Regina Rodrigues dos Santos

São Luís

2024

Silva, Kaique Pinho da.

Oligarquia vitorinista (1945-1965) : entre presença e ausência no ensino de História do Maranhão / Kaique Pinho da Silva.– São Luís, 2024.

74 f.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Regina Rodrigues dos Santos.

1. Vitorinismo. 2. Oligarquia. 3. História do Maranhão. I. Título.

CDU 321.15:94(812.1)

Elaborada por Lauisa Sousa Barros - CRB 13/657

KAIQUE PINHO DA SILVA

OLIGARQUIA VITORINISTA (1945-1965): entre presença e ausência no ensino de História do Maranhão

Monografia apresentada ao Curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão para o grau de Licenciatura em História.

Aprovada em: 22/08/2024

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Dra. Sandra Regina Rodrigues dos Santos (Orientadora)

Doutora em Políticas Públicas em Educação

Universidade Estadual do Maranhão

_____

Prof. Dr. Yuri Givago Alhadef Sampaio Mateus

Doutor em História

Instituto de Ensino Superior Franciscano

_____

Profa. Dra. Ana Paula Ribeiro de Sousa

Doutora em Educação

Universidade Estadual do Maranhão

Minha avó Francisca Eulália de Pinho (*In memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter me possibilitado chegar até aqui, mesmo diante de muitas dificuldades, sempre busquei manter a minha fé e a confiança inabaláveis.

Agradeço a uma das mulheres da minha vida, minha mãe Jocinalda e ao meu Pai Ailton que juntos me possibilitaram ser quem sou atualmente, a eles toda a minha gratidão pela criação que me ofertaram e mesmo muitas das vezes com o pouco fizeram muito por seus filhos. Muito obrigado por sempre terem acreditado no meu potencial e terem me compreendido mesmo quando o momento era incompreensível.

Em especial agradeço a minha avó Eulália (*in memoriam*), mesmo não estando mais aqui para acompanhar com cresci e amadureci, foi sem dúvidas a pessoa que estava comigo nos momentos mais especiais da minha vida. Agradeço pelos seus conselhos e também pelas reprimendas que me tornaram mais forte. A maior incentivadora dos meus sonhos, eu te amo vó!

Agradeço a querida professora doutora Sandra Regina Rodrigues dos Santos, por ser na universidade a pessoa que acreditou no meu potencial e me ofertou a primeira oportunidade como bolsista do Programa de Iniciação à Docência e posteriormente como bolsista do Programa de Residência Pedagógica. Agradeço também pela disponibilidade e sempre qualificada orientação para a elaboração do presente Trabalho de Conclusão de Curso.

A Universidade Estadual do Maranhão por oportunizar jovem originário de escola pública e de baixa renda adentrar ao ensino superior, a democratização do ensino é urgente e necessária.

A CAPES por ter ofertado as bolsas PIBID e PRP das quais fui bolsista e que me ofereceram uma formação inicial para a docência.

Ao amigo Ivanilson, uma amizade que surgiu durante a graduação e que pretendo cultivar por muito tempo.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”

(Paulo Freire)

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar como a oligarquia vitorinista é trabalhada em sala de aula, considerando também o Documento Curricular do Território Maranhense sob a perspectiva da História Local. O período alvo de estudo vai de 1945 a 1965, período em que a oligarquia vitorinista permaneceu no poder. Realizou-se uma discussão sobre os principais conceitos, por exemplo, coronelismo, mandonismo e clientelismo e como eles são importantes para compreender as oligarquias e suas práticas. Além de discutirmos sobre os principais conceitos que envolvem a temática, por meio do Documento Curricular do Território Maranhense e da Base Nacional Comum Curricular, foi realizada uma análise da presença e ausência desse conteúdo em sala de aula, nos livros didáticos e qual o papel do professor de História diante dessas situações. As pesquisas foram desenvolvidas a partir de levantamento bibliográfico e posterior aplicação de questionário com alunos e uma professora do Centro de Ensino Santa Teresa no Município de São Luís, Maranhão, o objetivo da aplicação desse questionário foi nos proporcionar melhor entendimento sobre como a temática está sendo abordada na sala de aula. Foi observado que em muitos casos, diante de ausências do conteúdo nos livros didáticos, os professores não se sentem preparados para ministrar aulas sobre a História Local, apesar disso se colocam à disposição para buscar novas fontes e ampliar o conhecimento que deverá ser alvo de intermediação com os alunos. Como contribuição apresentamos possibilidades metodológicas para que o professor possa trabalhar sobre o vitorinismo na sala de aula.

Palavras-chave: Vitorinismo; Oligarquia; História do Maranhão

ABSTRACT

The present work aims to analyze how the Victorinist oligarchy is worked in the classroom, also considering the Curriculum Document of the Maranhense Territory from the perspective of Local History. The target period of study ranges from 1945 to 1965, a period in which the Victorinist oligarchy remained in power. A discussion was held on the main concepts, for example, coronelismo, mandonismo and clientelismo and how they are important for understanding oligarchies and their practices. In addition to discussing the main concepts surrounding the theme, through the Maranhense Territory Curriculum Document and the National Common Curricular Base, an analysis was carried out of the presence and absence of this content in the classroom, in textbooks and the role of History teacher faced with these situations. The research was developed based on a bibliographical survey and subsequent application of a questionnaire with students and a teacher from the Santa Teresa Teaching Center in the Municipality of São Luís, Maranhão. The objective of applying this questionnaire was to provide us with a better understanding of how the topic is being addressed in the classroom. It was observed that in many cases, given the absence of content in textbooks, teachers do not feel prepared to teach classes on Local History, despite this, they are available to seek new sources and expand knowledge that should be the subject of intermediation. with the students. As a contribution, we present methodological possibilities so that teachers can work on victorinism in the classroom.

Keywords: Victorinism; Oligarchy; History of Maranhão

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sumário do livro didático “História, sociedade & cidadania”
Figura 2 - Charge sobre as fraudes eleitorais na Primeira República

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Primeira pergunta do questionário do aluno.
Tabela 2 - Segunda pergunta do questionário do aluno.
Tabela 3 - Terceira pergunta do questionário do aluno.
Tabela 4 - Quarta pergunta do questionário do aluno.
Tabela 5 - Quinta pergunta do questionário do aluno.
Tabela 6 - Sexta pergunta do questionário do aluno.
Tabela 7 - Sétima pergunta do questionário do aluno.
Tabela 8 - Oitava pergunta do questionário do aluno.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....13
2. CATEGORIAS CONCEITUAIS: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA.....16
3. EM BUSCA DE UMA COMPREENSÃO HISTÓRICA SOBRE O VITORINISMO 22
3.1. A oligarquia vitorinista..... 22
3.2. Para além da greve de 51: a rebeldia popular..... 31
4. O VITORINISMO E A HISTÓRIA LOCAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....40
4.1. O currículo e as temáticas locais no DCTMA..... 42
4.2. Interseccionando o currículo: possíveis propostas metodológicas para o ensino de História do Maranhão.....52
4.3. Possíveis contribuições metodológicas para o ensino da História no Ensino Básico.. 65
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 68
REFERÊNCIAS..... 70

1. INTRODUÇÃO

A política oligárquica maranhense, a partir da segunda metade do século XX, nos traz um panorama de muitas disputas por poder. Vitorino Freire, um pernambucano que veio ao Maranhão para exercer trabalho na interventoria estadual, porém, seus domínios foram além do cargo de menor posição. Mesmo não assumindo o maior cargo na esfera federal (governador), Vitorino construiu em torno de sua figura um poder de mando muito grande, o que lhe permitiu fazer negociações e indicações para cargos públicos em troca de apoio.

Por muito tempo, a república brasileira teve eleições rodeadas de suspeições devido às práticas coronelistas e o voto de cabresto[1], muito embora sejam termos dados para a Primeira República, as fraudes eleitorais se perpetuaram após 1930. A oligarquia vitorinista também sofreu muita resistência, gerando uma das principais mobilizações populares com a liderança das Oposições Coligadas, que era a união de partidos que tinham como objetivo derrubar a oligarquia de Vitorino Freire.

Podemos compreender a oligarquia como forma de governo em que poucos estão no poder, ou seja, o comando é concentrado nas mãos de um pequeno grupo. Podemos afirmar que tal forma de governo volta-se a atender os interesses privados do líder oligárquico e de seus aliados a partir da utilização da estrutura pública.

A Greve de 1951 é compreendida como um movimento de grande participação popular contra a oligarquia de Vitorino Freire. Tal fato marca a história do Maranhão como o acordar da população contra os desmandos do vitorinismo, porém, na maioria das vezes, ao abordar essas temáticas, se dá mais atenção à personalidade de Vitorino e outras figuras da oposição e os verdadeiros “motores” da resistência são esquecidos.

Na política maranhense, a figura de Vitorino Freire suscita muitos olhares de curiosidade, principalmente pelo papel de poder que ele desenvolveu no Estado do Maranhão. Estabelecemos como delimitação temporal o período que vai de 1945 a 1965, esse é o período em que a oligarquia de Vitorino Freire permanece no poder.

No presente trabalho, focamos em abordar o vitorinismo sob a perspectiva da sala de aula, ou seja, nos interessa compreender como ele é trabalhado. Sabemos que os alunos devem assumir na sala de aula o local de agentes ativos, que também precisam, em suas particularidades, serem considerados no processo de ensino e aprendizagem.

---

[1] As práticas coronelistas e o voto de cabresto são práticas de dominação que baseiam-se no controle do voto da população mais pobre por parte dos coroneis. Tal prática em alguns casos ocorria por meio da coação do eleitor para que o mesmo siga suas determinações durante o período eleitoral.

A História Local assume importante lugar na compreensão dos agentes históricos que formaram a sociedade que os alunos integram, e por esse motivo podemos considerar importante sua presença no ensino de História. Assim, "A história local deve necessariamente incluída nos estudos de História, mas não exatamente na ordenação do mais próximo ao mais distante, mas de forma a ser problematizada a cada momento de estudo" (Bittencourt, 2010 p. 202).

Este trabalho traz como objetivo, analisar como a temática vitorinista é abordada em sala de aula. Faremos isso sobre o prisma da História Local, compreendendo que a oligarquia vitorinista, assim como outras temáticas relacionadas com a História Local, também podem ser alvo do conhecimento escolar, ou seja, tornar a história da sociedade ao qual o aluno pertence, parte das discussões e temáticas levantadas em sala de aula oferece ao professor uma miríade de possibilidades tornando o ensino de História mais significativa para os alunos.

Muito embora compreendamos o conhecimento escolar como tornar o erudito ser compreensível ao leigo, Bittencourt (1998, p. 25) diz que:

> [...] o conceito de conhecimento histórico escolar, que não pode ser entendido como mera e simples transposição didática de um conhecimento maior, proveniente da ciência de referência e que é vulgarizado e simplificado pelo ensino [...] a história escolar não é apenas uma transposição da história acadêmica, mas constitui-se por intermédio de um processo no qual interferem o saber erudito, os valores contemporâneos, as práticas e os problemas sociais.

No que tange ao ensino de História, é comum que temáticas de outros períodos históricos ganhe maior atenção durante as aulas e a história da localidade a que os alunos pertencem não sejam abordados, desta forma:

> A história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho, lazer – e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente (Bittencourt, 2008, p. 168).

Por este motivo, consideramos o presente trabalho de grande relevância por considerarmos que a História Local é importante, porém, precisa ser contextualizada e problematizada, levando o aluno a compreender como aquele fato fez parte da construção da história da sociedade a qual pertence. Compreender a possível ausência ou presença dessa temática nas aulas de História nos possibilita aperfeiçoar por meio de sugestões.

Escolhemos como metodologia o levantamento de bibliografia que pudéssemos utilizar como base para a pesquisa e também nos apropriamos de documentos curriculares,

como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA). Tais documentos nos possibilitam olhar para a temática vitorinista a partir da estrutura curricular.

Com o intuito de obter uma melhor compreensão sobre o vitorinismo como um conteúdo da disciplina de História, aplicamos questionário com os alunos e com uma professora da escola pública Centro de Ensino Santa Teresa, São Luís, Maranhão. Somente conhecendo o cotidiano da sala de aula vivida pelos professores e alunos, que conseguiremos ter uma compreensão mais completa até mesmo sobre os conteúdos que a professora seleciona para ministrar suas aulas. A escola é localizada na área periférica do município e pertence ao Governo do Estado do Maranhão, oferece o ensino fundamental superior e médio médio nos turnos matutino e vespertino.

No primeiro capítulo, realizamos uma discussão conceitual a partir de autores como: Lacerda (2019), Arruda (2013), Leal (2012) e Carvalho (1997). Ainda existe uma confusão sobre a correta aplicabilidade dos conceitos de coronelismo, mandonismo e clientelismo. Essas confusões conceituais também causam impactos diretos no processo de ensino, visto que, quando olhamos para a presença desses conceitos nos materiais didáticos, é possível perceber uma ausência considerável.

No segundo capítulo, apresentamos uma compreensão histórica do vitorinismo, ou seja, é muito comum que quando se trata de figuras políticas marcantes, como Vitorino Freire e até mesmo José Sarney, as pessoas despem em si o sentimento que vai do amor ao ódio, porém, nos interessa olhar para essas personalidades do ponto de vista histórico. Apresentamos a trajetória de Vitorino Freire, sempre chamando atenção para as formas que Vitorino utilizou para construir uma forte estrutura de dominação em torno de si.

No terceiro capítulo, apresentamos a relação entre o vitorinismo e o ensino básico. Neste capítulo, objetivamos analisar como esse conteúdo é trabalhado na sala de aula, ou até mesmo buscando sua ausência. Dessa forma, fizemos uma breve análise do livro didático disponibilizado aos alunos do 9º do Ensino Fundamental II, também os dados obtidos a partir do questionário aplicado foram fundamentais para nos auxiliar a atingir o objetivo do trabalho. Porém, considerando que não seria razoável apenas apresentar um amontoado de discussões teóricas ou exposição de fatos, ao final do trabalho tivemos em vista propor maneiras de inserir o vitorinismo como conteúdo nas aulas de História.

2. CATEGORIAS CONCEITUAIS: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA

Ao analisar a trajetória política de Vitorino Freire nos deparamos com muitos pontos interessantes que merecem ser analisados e debatidos, porém, para que esse debate e compreensão sejam possíveis, precisamos primeiramente nos apoderar de conceitos importantes. Mediante isso, conseguiremos ter uma melhor compreensão sobre como e quais mecanismos Vitorino Freire utilizou para ascender e se consolidar como principal chefe de mando na política local maranhense entre os anos de 1945 e 1965.

Visto isso, no que tange às discussões conceituais, destacamos que o vitorinismo não se distancia da necessidade existente de rediscussão conceitual ou minimamente de um esclarecimento sobre os conceitos aplicáveis, visto que, sobre muitos conceitos aplicados ainda pairam dúvidas no tocante a sua aplicabilidade. Os conceitos que aqui discutiremos no âmbito da temática vitorinista são: Coronelismo; Mandonismo; e Clientelismo que em muitos momentos se cruzam e causam confusões conceituais.

De pronto, destacamos ser impossível exaurir as discussões sobre a utilização dos conceitos, porém, é importantíssimo não nos negarmos a realizá-lo, principalmente quando pensamos que essa discussão é requerida em sala de aula em relação ao período da República Oligárquica no Brasil. Desde já, começamos a compreender como essa discussão está diretamente ligada ao conteúdo de História na escola.

Em muitos casos essas discussões ocorrem superficialmente baseadas no que está presente no livro didático, *a priori* não podemos considerar que essas precariedades impactam no conteúdo trabalhado em sala de aula, porém, reafirmamos que esses conceitos são pertencentes a estruturas que em diversos períodos da história sustentaram os sistemas de dominação em diferentes regiões do Brasil inclusive no Maranhão.

Muitos autores fazem explanações sobre estes conceitos, contudo, adotarei especial cuidado em escolher alguns que pudessem realmente contribuir com as definições dos conceitos, visto que, muitos autores ainda fazem bastante confusão com a utilização de tais conceitos. Os autores que usaremos para debater estes conceitos são: Lacerda (2019), Arruda (2013), Leal (2012) e Carvalho (1997). A partir desses autores, temos o início de um processo de alocação destes conceitos e uma delimitação de sua aplicabilidade.

Como ponto de partida, citamos José Murilo de Carvalho que na condução de seu artigo enfatiza a importância de uma correta utilização de conceitos básicos, dizendo que:

> A essa altura, pode-se voltar à pergunta inicial e procurar saber se toda essa discussão conceitual não é inútil disputa acadêmica. Sem propósito de querer

> introduzir rigidez desnecessária, espero ter mostrado a vantagem que teria para a pesquisa maior precisão na definição de conceitos básicos. (Carvalho, 1997, s/p)

Carvalho (1997), ao falar isso, mostra o quanto o assunto encontra relevância no meio acadêmico. O fato de se aplicar devidamente os conceitos, não é mera questão acadêmica, além disso, é um fator de importantíssima contribuição para o correto entendimento do assunto. As discussões sobre os conceitos merecem a devida atenção, principalmente quando firmamos as relações que se estabelecem entre a academia e o ensino básico.

O primeiro conceito a ser apresentado é o de mandonismo, uma prática que "Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas." (Carvalho, 1997, s/p). Mais adiante veremos que assim como o coronelismo, a prática do mandonismo persistiu por muito tempo na história do Brasil republicano e moldou as relações existentes entre os interesses privados e públicos nos estados brasileiros.

Podemos destacar que as práticas de mandonismo se confundem com o coronelismo, muito embora compreendamos inicialmente que são conceitos muito diferentes. O mandonismo é uma característica marcante nas práticas coronelistas, ao tratar do poder de mando relacionado à liderança que o coronel assume em locais em que não há alcance do poder estatal. A figura que reduzia as distâncias existentes entre a população rural e o governo era o coronel, criando uma relação de dominação e dependência.

Em síntese, podemos utilizar a perspectiva de Leal para compreender as diferenças existentes entre coronelismo e mandonismo. Enquanto o mandonismo se restringe à construção e consolidação de um poder local e interiorano, o coronelismo segundo Victor Nunes Leal em sua obra *"Coronelismo, enxada e voto"* (2012), abrange uma tríplice esfera de poder: municipal; estadual; e federal.

Corroborando com a definição de "tríplice esfera" aplicada por Leal, Janotti (1981) denomina essa mesma relação existente como "uma pirâmide de compromissos", afirmando que:

> O coronelismo se expressa num encadeamento rígido de tráfico de influências. Sua prática política está muito bem estruturada num sistema eleitoral, onde é possível reconhecer todos os seus passos, localizando-os no tempo e no espaço. Forma-se uma pirâmide de compromissos recíprocos entre o eleitorado, o Coronel, o poder municipal, o poder estadual e o poder federal. (Janotti, 1981, p. 11)

O segundo conceito a ser discutido é o de coronelismo, um dos principais conceitos abordados no ensino de História, porém, é também o que mais concentra confusão sobre sua

aplicabilidade, alguns teóricos concordam sobre sua utilização no pós Revolução de 1930[2] outros discordam e determinam sua temporalidade somente até os anos de 1930.

Na perspectiva de grande parte de teóricos como José Murilo de Carvalho (1997), Victor Nunes Leal entre outros, temos a demarcação do surgimento do coronelismo na criação da Guarda Nacional e o início do seu declínio com a Revolução de 1930, assim,

> O ponto nevrálgico inicial da nova etapa — etapa do fortalecimento do poder central — é sem dúvida a Revolução de 1930; e temos a impressão que, a partir dessa data, embora não podendo prescindir ainda do apoio dos coronéis, não é mais o govêrno que acaba se acomodando com êstes mas êstes que, muitas vêzes, se vêem coagidos a compor com o governo, o qual mostra ter assim adquirido consistência. (Queiroz, 1969, p. 5-6)

O ambiente político do Brasil, bem como as relações políticas após a independência do Brasil, proporcionaram em diversos momentos o fortalecimento dos mandões locais que assumiram cargos de grande poder de influência. O cenário político do Brasil foi marcado pelo poderio do setor produtivo, ou seja, daqueles que detinham não apenas o latifúndio como também o poder financeiro. “A dominação de todo o cenário brasileiro pela agricultura fazia com que continuassem, como tipos de relações entre os homens, em todos os setores, ora o patriarcal, ora o patrimonial” (Queiroz, 1969, p. 58-59).

Esse sistema de domínio com características rurais foi gradativamente se desfazendo com o declínio dos setores produtivos e a ascensão do processo de industrialização brasileiro, sendo os coroneis totalmente sufocados pelas medidas centralizadoras adotadas por Getúlio Vargas a partir de 1930. Diante disso, destaca-se que ainda é muito comum a utilização do termo coronelismo para conceituar acontecimentos pertencentes a um período após os anos de 1930, segundo José Murilo de Carvalho:

> A conjuntura econômica, segundo Leal, era a decadência econômica dos fazendeiros. Esta decadência acarretava enfraquecimento do poder político dos coronéis em face de seus dependentes e rivais. A manutenção desse poder passava, então, a exigir a presença do Estado, que expandia sua influência na proporção em que diminuía a dos donos de terra. O coronelismo era fruto de alteração na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo e significava o fortalecimento do poder do Estado antes que o predomínio do coronel. O momento histórico em que se deu essa transformação foi a Primeira República, que durou de 1889 até 1930. (Carvalho, 1997, s/p)

[2] A Revolução de 1930, foi o movimento armado formado pelos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba que contestou a vitória do então presidente eleito Júlio Prestes. Após o rompimento com a política do café com leite, tal movimento o impediu de assumir o cargo e depôs o então presidente Washington Luís. Getúlio Vargas assume o comando do país e provoca uma reestruturação na política nacional, derrubando as oligarquias estaduais e estabelecendo uma nova maneira de diálogo com os grupos políticos, tornando-os mais dependentes do governo federal.

Caso seja considerada a delimitação temporal para a aplicabilidade do conceito de coronelismo, a sua utilização não caberia ao período vitorinista (1945-1965). Segundo Leal (2012) o coronelismo pode ser caracterizado como um sistema político nacional, que possuía suas bases no processo de barganha entre o governo e os coroneis, e que consistia em sua sustentação mediante a utilização do poder público pelos interesses privados dos coroneis e utilização da estrutura estatal para legitimação dos seus mandos locais. Tal relação com o poder público proporciona a continuidade do domínio sobre seus dependentes e rivais, mediante o controle de cargos políticos.

Desde já destacamos que as características citadas não são de exclusividade do coronelismos, outros conceitos que aqui serão apresentados também apresentam tais características, embora vejamos serem conceitos completamente distintos.

Para Leal (2012) e Carvalho (1997), o conceito de coronelismo não seria aplicável posteriormente ao ano de 1930. Há questionamentos sobre as continuidades das práticas do coronelismo, nesse sentido Leal (2012) considera que houve um momento de transição, onde as práticas coronelistas ainda eram perceptíveis, ou seja, seu declínio foi gradativo mediante as medidas que foram sendo tomadas a partir de 1930. Toda essa discussão nos mostra como ainda são bem confusas as produções acadêmicas sobre esse tema. Luiz Arruda (2013) faz um contraponto a essa tese, pontuando que:

> [...] se formos considerar a tese de que não há coronelismo após a década de 1930, criamos um vazio conceitual problemático, para uma grande parte dos municípios do Brasil, onde ainda predominava a estrutura agrária tradicional. Na década de 1950, os votos advindos de regiões agrárias ainda influenciavam os pleitos federais, como nos estados das regiões Norte e Nordeste, onde se conservavam tal estrutura. Na tese de Leal, o coronelismo vai minguando lentamente. Podemos então, supor, que sua decadência atinge antes certas regiões que outras. (Arruda, 2013, p.11)

Com base nessa interpretação, Arruda conclui que a prática coronelista pode ter acabado apenas simbolicamente no ano de 1930, mas em alguns locais do Brasil essa prática se estendeu por algum tempo.

Sobre a tese do fim do coronelismo, o ponto central de contradição apresentado por Arruda está no seguinte pensamento: se o sistema coronelista findou sua existência no ano de 1930 e essas relações coronelistas se davam em um ambiente mais rural, nos estados da região norte e nordeste ainda poderiam existir atos coronelistas, pois ainda se conservavam tais características rurais.

Face a todas essas discussões, surge o conceito de clientelismo, que poderá nos auxiliar na compreensão sobre o coronelismo. José Murilo de Carvalho destaca o conceito de

clientelismo, expressando a distinção existente com o coronelismo. Segundo Carvalho (1997, s/p), o clientelismo é um tipo de relação que ocorre entre os atores políticos com interesses próprios através do fornecimento de benesses públicas e em troca davam-se principalmente apoios políticos e votos.

A discussão se torna muito interessante do ponto de vista das inúmeras descrições feitas sobre fatos determinados como coronelismo, porém, na realidade o que é possível de ser observado é um clientelismo urbano, onde se rejeitavam as relações parentais, ou seja, nos grandes centros urbanos o processo de clientelismo não provinha do meio familiar, mas da população urbana.

> Alguns autores tendem a confundir esse tipo de clientelismo com o coronelismo, pois em ambos os sistemas, os políticos utilizam da manipulação dos órgãos públicos. No entanto, tal como ocorre entre o mandonismo e o coronelismo, a natureza do poder político no clientelismo urbano é bastante diversa da que ocorre no coronelismo. (Arruda, 2013, p.11)

Sobre a confusão conceitual citada inicialmente, é uma realidade, as similaridades existentes entre os três conceitos, aspectos que tendem a dificultar a compreensão e quando tratamos sobre o ensino de História essas confusões estão ainda mais presente prejudicando a correta compreensão dos alunos sobre a temática.

Pelo que foi apresentado até aqui, os conceitos de coronelismo e clientelismo acabam se confundindo, porém, estes conceitos são totalmente diferentes e aplicáveis em momentos históricos difusos. O que podemos destacar como semelhanças entre os dois conceitos, segundo Arruda, é o fato de ambos fazerem o uso dos órgãos públicos, como uma forma de benefício próprio ou de seus apadrinhados políticos e a realização de trocas de favores.

Muito embora existam essas confusões sobre os conceitos, conseguimos compreender que Leal (2012) e Carvalho (1997) apresentam uma preocupação, ao posicionarem cada conceito em sua temporalidade, inclusive destacando as suas *nuances*, visto que, uma coisa não surge do nada bem como não desaparece do nada. De tal forma que:

> Temos, assim, três conceitos relacionados, mas não sinônimos, guardando cada um sua especificidade, além de representarem curvas diferentes de evolução. O coronelismo retrata-se com uma curva tipo sino: surge, atinge o apogeu e cai num período de tempo relativamente curto. O mandonismo segue uma curva sempre descendente. O clientelismo apresenta uma curva ascendente com oscilações e uma virada para baixo nos últimos anos. (Carvalho, 1997, s/p)

É possível perceber que o trabalho conceitual ainda é bastante nebuloso, até mesmo no âmbito das produções acadêmicas. Quando voltamos o nosso olhar para a sala de

aula, esses conceitos são apresentados de forma superficial e descontextualizada. Os conceitos aparecem isoladamente nos conteúdos sobre República Velha ligados à formação da Guarda Nacional em 1831, porém, em nada nos auxiliam na compreensão de um sistema de poder que é complexo e vai além de características como as fraudes eleitorais.

É importante pensarmos que muito embora compreendamos determinados conceitos mediante suas características, o coronelismo assim como muitas outras práticas podem ter sofrido adaptações ao decorrer do tempo, até mesmo para garantir sua sobrevivência. Nesse sentido, Janotti afirma que

> É comum, nos meios de comunicação, apresentar o Coronel como um fazendeiro rústico, autoritário, brutal, ignorante, dispondo da vida dos demais habitantes do lugarejo em que reside. Este é um estereótipo que vem sendo consagrado e, comumente, ridicularizado. Mas todo estereótipo é restritivo, empobrecedor, embora contenha um fundo de verdade. (Janotti, 1981, p. 8)

O vitorinismo, muito embora tenha características de um coronelismo presente na figura de Vitorino Freire, sob a visão de Leal e Carvalho, diríamos que possui características de um clientelismo urbano. Com o auxílio do governo federal (sendo uma característica do enfraquecimento do próprio coronelismo), conseguiu alçar posições que lhe proporcionaram sua assunção a cargos de mando no estado do Maranhão, mesmo sem ocupar o mais alto cargo Estadual (Governador).

Certamente, embora tenhamos visto que o coronelismo se confunde com o clientelismo, a estrutura de poder vitorinista não estava firmada apenas em “trocas de favores” nem mesmo nas fraudes eleitorais, mas também em uma relação com a estrutura do estado capaz de ter poder de decisão e também influenciar os destinos políticos do estado.

Postos todos esses conceitos e considerações, as formas como os conceitos aparecem no livro didático são reflexos do que aqui discutimos. Decerto as colocações críticas sobre as obras didáticas disponibilizadas aos alunos e professores são de conhecimento, ou seja, “as críticas em relação aos livros didáticos apontam para muitas de suas deficiências de conteúdo, suas lacunas e erros conceituais ou informativos” (Bittencourt, 2008, p. 300).

Os conceitos representam parte fundamental para a compreensão da história e devem ter o seu espaço nas discussões e produções historiográficas, muito embora o espaço dado para essas discussões seja muito diminuto. A oligarquia vitorinista marcada por práticas tipicamente clientelistas é uma temática da história maranhense que precisa ser ampliada, bem como destacamos o potencial de ser ponte para a compreensão de outros atores que foram partícipes da história local.

3. EM BUSCA DE UMA COMPREENSÃO HISTÓRICA SOBRE O VITORINISMO

O vitorinismo pertence a um conjunto de acontecimentos que foi considerado marcante para a história maranhense. O campo da História Local nos auxiliará na compreensão especificamente da história política maranhense, engendrada por diversos atores políticos. Desses atores políticos citados, alguns ao longo dos anos ganharam destaque, em especial por sua ligação com a máquina pública, outros foram colocados em segundo plano ou até mesmo esquecidos. No caso de Vitorino Freire, a sua trajetória lhe levou para cargos importantíssimos na esfera federal que lhe auxiliaram na consolidação de sua própria estrutura de poder, mesmo sendo uma figura exógena ao Maranhão.

Vitorino Freire, assim como muitas figuras na história política do Brasil e do Estado do Maranhão, instigam olhares que vão do amor ao ódio, porém, nos debruçamos em analisar Vitorino Freire e outras personalidades do vitorinismo como figuras históricas de uma tempo presente. Ao falar sobre o estudo da História do Tempo Presente, Napolitano (2007, p. 169) afirma que "Apesar de parecer o contrário, nem sempre é fácil encontrar mocinhos e bandidos ao longo do processo histórico e explicar a história pela luta do bem contra o mal", ou seja, na construção da historiografia é comum a busca pela identificação de "culpados" e "inocentes", nesse sentido Napolitano também adverte para o perigo do anacronismo cometido nessa busca por "julgar" determinadas personalidades.

3.1. A oligarquia vitorinista

Na política maranhense, a figura de Vitorino Freire suscita muitos olhares de curiosidades, principalmente pelo papel de poder que ele desenvolveu no Estado do Maranhão como político e anteceder a oligarquia de José Sarney, uma das figuras mais emblemáticas na política nacional e do Maranhão (Bittencourt, 2019, p. 17). Vitorino Freire, assim como é possível perceber nas práticas clientelistas, construiu seu poderio político principalmente com base em suas influências junto ao governo federal.

Preliminarmente, consideramos de suma importância destacar em se tratando do vitorinismo, as produções historiográficas embora significativas, não são tão vastas em contraste com o sarneismo, por exemplo, que possui uma quantidade considerável de produções acadêmicas. As produções sobre vitorinismo de maior destaque foram produzidas por Benedito Buzar em seus livros "Vitrinistas e Oposicionistas" e "O Vitorinismo: Lutas Políticas no Maranhão (1945-1965)". Considerando as obras citadas, é necessário considerar que são obras focadas na apresentação de biografia e na narração de fatos, que nos auxiliam

no superficial conhecimento dos acontecimentos, porém, pouco nos auxiliam na compreensão crítica dos fatos apresentados.

Infelizmente, ainda tendemos a produzir conhecimento científico baseado em uma reprodução de fatos, ou seja, não nos ocupamos em analisar de maneira crítica os fatos apresentados. Quando pensamos na relação entre a produção acadêmica e o ensino de História, compreendemos que a ausência de um processo reflexivo e o consequente empobrecimento da temática discutida implica diretamente em como esse conteúdo é trabalhado na sala de aula ou até mesmo nos dá sinais do motivo de sua ausência.

Buscando uma melhor compreensão sobre a oligarquia vitorinista ou até mesmo a própria figura de Vitorino Freire na perspectiva histórica iniciamos concebendo que o período transacional do Império para a República marca o surgimento do sistema oligárquico, que se configura a partir de duas dimensões: política e administrativa. Os coronéis se apossam das estruturas administrativas do Estado para a realização de práticas clientelistas, com a utilização de recursos financeiros e cargos para manter os *status* de poder. Dessa forma:

> designaremos por "oligarquia" o setor especificamente político que iniciou sua formação entre as décadas de 1850 e 1860, cujas funções primordiais no processo mais amplo de construção do Estado Nacional eram a organização das disputas políticas no âmbito regional, aglutinando as facções e permitindo o funcionamento do jogo partidário, estabelecendo, enfim, a mediação entre a corte imperial e a província. As características do seu eixo de sustentação e reprodução, uma confluência de centralização de recursos políticos e financeiros e a possibilidade de sua utilização clientelista, abriram espaço para a sedimentação de interesses próprios de grupo, no caso, a perpetuação nos postos de mando. (Reis, 2007, p. 51).

De maneira complementar, Cláudio Couto (2012, p. 57) afirma que

> [...] a oligarquia é um regime organizacional no qual os indivíduos que detêm postos de comando conseguem agir continuamente de forma não subordinada aos princípios de legitimidade vigentes, pois não são controláveis pelos demais membros da coletividade organizada, podendo assim dirigi-la de modo a favorecer seus próprios objetivos em detrimento do que desejam os demais e/ou do que são os princípios legítimos de funcionamento da organização.

Para corroborar as proposições dos autores acima citados, Janotti (1981, p. 7) destaca que "O Coronel é sempre alguém de reconhecida autoridade e prestígio que possui, potencialmente, possibilidades de atender às demandas de sua clientela, sejam elas públicas ou privadas.", ou seja, a utilização das estruturas do estado por grupos políticos era comum visto que seu poder de influências junto à esfera federal poderia possibilitar a ele maior poder de barganha mediante o fator econômico.

O coronel assume a característica daquele que detém poderes políticos e também econômicos adquiridos mediante sua influência junto à esfera federal. Decerto, quem manda o

faz porque consegue exercer o mando sobre outros, algo que está diretamente ligado às práticas do vitorinismo no Maranhão.

Buscando compreender a figura do coronel como alguém que acumula em torno de si o poder, se faz necessário compreendermos o que é esse poder e como ele pode nos auxiliar na compreensão sobre o vitorinismo. Para Hobbes (2014, p. 80) “O Poder de um homem [...] consiste nos meios de que dispõe para alcançar, no futuro, algum bem evidente, que pode ser tanto original (natural) como instrumental”, ou seja, o poder de um homem está em utilizar os meios que lhe são colocados para alcançar proveitos futuros inclusive o “poder instrumental” que o próprio Hobbes explica ser os instrumentos para alcançar reputação, riqueza e outros atributos (Hobbes, 2014, p. 80).

De maneira complementar, Stoppino (1998, p. 934) diz que “[...] não existe Poder, se não existe, ao lado do indivíduo ou grupo que o exerce, outro indivíduo ou grupo que é induzido a comportar-se tal como aquele deseja”. O poder não está meramente na riqueza, ou melhor dizendo, no poder material. “Isto demonstra que o meu Poder não reside numa coisa [...], mas no fato de que existe um outro e de que este é levado por mim a comportar-se de acordo com os meus desejos.” (Stoppino, 1998, p. 934). Diante do exposto por Stoppino, destacamos também que pela ótica de Bobbio (1998, p. 954) que,

> [...] o poder é definido por vezes como uma relação entre dois sujeitos, dos quais um impõe ao outro a própria vontade e lhe determina, malgrado seu, o comportamento. Mas, como o domínio sobre os homens não é geralmente fim em si mesmo, mas um meio para obter "qualquer vantagem" [...]

O exercício do poder não se sustenta apenas nas qualidades físicas, espirituais ou econômicas de quem o detém, o exercício do poder refere-se às relações “O poder político pertence à categoria do poder do homem sobre outro homem [...]” (Bobbio, 1998, p. 955). O sustento dos coronéis sempre fora mediante uma relação com o outro, baseada em um poderio econômico que lhe dava a capacidade de alcançar seus objetivos privados, assim sendo

> [...] nas relações sociais, o mecanismo do favor, que por sua vez, supõe a instalação de uma barganha por obediência e lealdade. A troca, entre o favor e a lealdade, passa a ser atributo essencial nas relações sociais. Mas que, por certo, era uma troca entre desiguais, portanto, eram barganhas desiguais. De fato, a barganha servia como uma técnica de dominação que acabava por permear as relações sociais como um todo. Dominação que interessava aos potentados, que buscavam, através da política de clientela, uma maneira singular de exercício da autoridade, do mando. (Lenardão, 2004, p. 11)

Esse sistema oligárquico que colocou no poder os coroneis iniciou seu processo de decadência logo após a revolução de 1930. A chegada de Getúlio Vargas ao poder marcou

o início de mudanças profundas nas relações existentes entre os poderes locais e o poder central, assim,

> [...] o Executivo lançou-se a uma reformulação drástica da burocracia estatal criando o DASP. Departamento Administrativo do Serviço Público. Além de sua importância no processo de modernização e centralização da administração pública, a criação do DASP teve duas outras consequências. Ele afetava a prática do clientelismo e do patronato, tirando a burocracia do controle da oligarquia. (Dreifuss, 1981, p. 24)

Ainda para Dreifuss (1981, p. 10), "A urbanização e o desenvolvimento industrial exerceram efeitos desorganizadores sobre a frágil estrutura do estado oligárquico. No final da década de vinte, através de um delicado acordo entre os governos" , ou seja, não houve o fim das oligarquias, porém, essa desestruturação se configurou mediante a maior dependência que os mandões locais passaram a ter do governo central. Nesse aspecto já é possível estabelecer uma ligação com uma das principais características de Vitorino Freire, ao encontrar amparo político na esfera nacional.

No que se refere especificamente às oligarquias no Maranhão, Guilhon destaca que:

> [...] a história do Maranhão sempre se caracterizou pelo surgimento de sucessivas oligarquias as quais empreendem lutas políticas que não obedecem à lógica da democracia liberal clássica, que é a de buscar fazer prevalecer políticas determinadas. Ela é feita, na verdade, no sentido de tomar posse de um patrimônio – o Estado – que representa fonte de riqueza, prestígio e poder (Guilhon, 2007, p. 02).

No que tange à oligarquia vitorinista precisamos compreender quem era Vitorino Freire e o que o levou a possuir tamanho poder de mando no Estado, mesmo não sendo uma figura com origem local, ou seja, filho do Maranhão. Vitorino Freire, pernambucano, desenvolveu importantes trabalhos na esfera do executivo federal durante o governo de Getúlio Vargas, pós-revolução de 1930, período em que os estados estavam sendo geridos por interventores. Sua ligação com o então Presidente da República Getúlio Vargas era de lealdade, sendo por fim nomeado como secretário de Antônio Martins de Almeida, o então Interventor Federal no Maranhão, designado ao cargo por Vargas no ano de 1933.

Anteriormente à Revolução Constitucionalista de 1930 o estado do Maranhão era conduzido por outros grupos oligárquicos, onde "na fase revolucionária, os interventores procuraram distanciar-se das oligarquias que dominaram o Estado na década de 20, não permitindo que margalhãesistas, marcelinistas e tarquinistas tivessem a mínima ingerência ou

influência nos negócios do poder" (Buzar, 1998, p. 26), ou seja, Antônio Martins de Almeida buscou se distanciar das oligarquias anteriores evitando interferências na interventoria.

Sobre a vinda de Vitorino Freire para o Maranhão, destacamos ainda que ele vem ao Maranhão também com a missão de organizar o Partido Social Democrático (PSD), essa estruturação do partido contou com a participação de Genésio Rego e Clodomir Cardoso. Ainda nesse período, não é possível perceber qualquer cisão partidária entre o grupo de Vitorino e o grupo de Genésio Rego, dando início às disputas intra-oligárquicas[3]. Muito embora Vitorino tenha empenhado esforços para preparar o PSD, nas eleições de 1933, com a tentativa de fazer uma bancada de deputados, este plano falhou.

Sem cargo de influência na política nacional e maranhense e com o desgaste da gestão de Antônio Martins de Almeida, (acabou também respingando em Vitorino) isso o levou a sair do Maranhão para assumir cargo na câmara federal e retornando apenas no ano de 1945 assumindo papel fundamental no fortalecimento da candidatura de Eurico Gaspar Dutra à presidência da república. É importante destacar que, embora Vitorino tenha sofrido derrota nas eleições de 1933 e tenha demonstrado aparente sinal de fraqueza política, a sua saída temporária do cenário político do Maranhão, não fez desaparecer as experiências adquiridas e a ampliação de contato com a esfera federal possibilitou o seu fortalecimento político após regressar ao estado.

Sobre a relação existente entre Vitorino Freire e Dutra, assim como a sua relação com Vargas, havia uma sólida amizade que aproximava não apenas em relação às demandas do estado do Maranhão, mas também os seus próprios interesses na angariação de recursos públicos e a consequente construção de um sistema de barganha. O próprio Vitorino Freire expressa isso ao dizer que

> Minha intimidade com o Presidente da República, e o seu conhecimento por meu intermédio das necessidades dos Estados tornavam as reivindicações que lhes eram feitas quase sempre bem recebidas. A quantidade de verbas federais canalizadas para o Maranhão eram de tal monta que geravam protestos de outros governos estaduais que julgavam-se merecedores de igual tratamento (Freire, 1978, p. 128).

Como vimos anteriormente, as práticas coronelistas são sustentadas mediante a utilização de recursos públicos para a promoção e sustento da capacidade de barganha existente entre o coronel e a sociedade/eleitores.

---

[3] As disputas intra-oligárquicas aconteciam principalmente devido às dissidências que ocorriam nos grupos políticos, consequentemente formando outros grupos oligárquicos gerando verdadeiras disputas políticas entre si. Tal prática, reflete nas disputas entre as Oposições Coligadas na figura de José Sarney (dissidente do vitorinismo) contra Vitorino Freire.

Damos também o devido destaque ao fato de que, embora tenha retornado com aparente prestígio, os primeiros momentos de Vitorino não foram fáceis, tendo de enfrentar forte conflito que passou a existir entre ele e o então Governador Paulo Ramos (1936-1945). Paulo Ramos, que também era aliado de Getúlio Vargas (indicado por ele ao Governo do Estado e posteriormente referendado pela Assembleia Legislativa), não desejava que Vitorino fizesse qualquer tipo de interferência em seu governo.

Esse conflito com Paulo Ramos nos dá o entendimento de como as estruturas de dominação da máquina pública já existiam e tinham na figura de Vitorino Freire uma ameaça. Novamente evoco Hobbes (2014, p. 107) para nos auxiliar na compreensão dessa disputa que é em torno do domínio do poder político "Essa é a causa pela qual os homens, quando desejam a mesma coisa e não podem desfrutá-la por igual, tornam-se inimigos [...]", desta forma, Paulo Ramos e Vitorino desejavam possuir prestígio diante da esfera federal — ambos tinham boa relação com o Presidente da República — e desejavam também ter a possibilidade de opinar ou interferir nas decisões no estado.

Diante dessa constatação, é perceptível que a saída de Paulo Ramos da interventoria no Maranhão logo após a queda do Estado Novo deixa espaço para que Vitorino amplie seu campo de influência, isso significa que,

> Paulo Ramos não foi bem sucedido na montagem de uma engrenagem que lhe desse sustentação política após a queda do Estado Novo, tendo renunciado ao cargo e ingressado no PTB, legenda pouco expressiva em nível regional, pela qual foi eleito para um único mandato parlamentar (deputado federal, 1950/1954). (Costa, 2004, p. 1)

Posto que a Oligarquia vitorinista inicia e se consolida como estrutura de poder no Estado do Maranhão apenas no ano de 1945, podemos identificar o início da ascensão política de Vitorino Freire como personalidade política de grande influência no Maranhão, a partir de 1936. O poder de influência de Vitorino Freire, conferiu a ele a palavra final nas indicações aos pleitos eleitorais do estado do Maranhão, conseguindo consolidar sua participação indireta em todas as eleições do estado, visto que Vitorino nunca concorreu ao cargo de Governador, porém, por diversas eleições em um longo período de vinte anos conseguiu emplacar suas indicações no mais alto cargo estadual.

Vitorino gostava de ter o domínio sobre as decisões partidárias e de políticas locais, ou seja, ajudava a eleger um de seus correligionários políticos, mas em troca sempre gostava de ter as decisões em suas mãos. Esse perfil de mandos e desmandos de Vitorino Freire causou inúmeros problemas com o seu grupo político, iniciando disputas intra-oligárquicas, devido às disputas de poder.

Embora Vitorino Freire estivesse consolidado na política maranhense, tal fato não o isentava de resistências, até mesmo dentro de seu próprio partido. As disputas intra-oligárquicas marcaram o vitorinismo, a primeira crise foi na tomada de decisão sobre quem seria o candidato nas eleições de 1947, o movimento de resistência de Genésio Rego e Clodomir Cardoso, levou a saída de Vitorino e seus aliados do PSD e a adoção de "legendas de aluguel" (Costa, 2004, p. 2) para lhe abrigar juntamente com seus aliados e concorrer as eleições. A terminologia "legendas de aluguel" pode aqui ser compreendida como a criação de partidos políticos apenas para cumprir uma exigência burocrática para concorrer às eleições, isso implica diretamente na consistência de tal partido como detentor de uma "causa" ou identidade no âmbito político. No Partido Proletário Brasileiro (PPB), Vitorino lança Renato Archer como candidato ao governo do estado e a si próprio como candidato ao senado federal, nesse mesmo pleito o vitorinismo sai vencedor superando a oposição pessedista.

Posteriormente, Vitorino adentra a um novo partido, o Partido Social Trabalhista (PST), e lá permaneceu até que em 1954 retornou juntamente com o seu grupo político ao domínio do PSD. Muito embora a chegada de Vitorino ao Maranhão e a política maranhense tenha sido a organização do PSD, não é possível vislumbrar no partido político a força de Vitorino Freire. A sua saída do PSD e entrada no PPB é o exemplo mais evidente disso.

Nos parece evidente que a estrutura partidária não foi causa determinante para o sucesso político de Vitorino, onde a sua própria organização era descentralizada, tornando-se muita das vezes confusa e passível de desestruturação por disputas internas. Para José Murilo de Carvalho

> Embora sobrevivessem influências regionais, os partidos de 1945 eram organizados nacionalmente e possuíam programas definidos, apesar de muitos se guiarem mais pelo pragmatismo. Eram partidos no sentido moderno da palavra, e apenas necessitavam de tempo para criarem raízes na sociedade. (Carvalho, 2002, p. 148)

Octavio Ianni (1965, p. 38-39) em pensamento diverso sobre o funcionamento dos partidos da época, afirma que "Prevalecem no seio das agremiações as facções vinculadas a interesses estaduais ou regionais, indicando antes aglomerados de grupos que partidos coesos".

Vitorino Freire possuía dois pilares que sustentaram sua ascensão na política maranhense, sua estrutura de poder e influência política: o governo central; e o seu partido que lhe proporcionou um local de fala e posição diante dos cenários de disputas eleitorais,

mas desde já é necessário levantar uma questão a ser respondida, até que ponto a estrutura partidária foi importante para a jornada política de Vitorino Freire? Como destaca Lacerda (2019, p.130):

> É importante realçar que os partidos políticos no Estado, entre 1945-1965 representaram meramente apenas uma questão de formalidade eleitoral, pois a permanência na política, tanto nacional quanto estadual, foi personalizada por determinados grupos políticos estruturados através das oligarquias regionais que costuraram alianças com os partidos nacionais (formação de coligações para sustentar-se no poder), como foi o caso do Vitorinismo.

O que Lacerda destaca é que os partidos podem ser úteis para um projeto de poder, como foi o de Vitorino. Somente até um determinado ponto, geralmente os partidos são utilizados como uma questão de formalidade burocrática, mas concretamente não significaria estrutura determinante para a consolidação de uma figura política forte. “Portanto, uma das condições fundamentais de sua hegemonia seria o conjunto de ligações estabelecidas na esfera federal, na medida em que o vitorinismo seria “resultante da posição ocupada pelo PSD dentro do sistema político do país” (Costa, 2004, p. 2).

Muito embora Vitorino Freire tenha consolidado sua hegemonia política por um longo período, a mesma era marcada por inúmeras contestações que iam para além das presentes dentro do próprio PSD, sendo assim havia a “[...] existência de inúmeros partidos de oposição, reunidos numa frente denominada Oposições Coligadas (junção de grupos tradicionais alijados do poder pelo vitorinismo ou seus dissidentes)” (Costa, 2004, p. 2). O movimento de oposição ao vitorinismo contavam não apenas com a participação de partidos políticos e “figurões” da política maranhense como José Sarney, havendo também a adesão de diversos sindicatos, visto que, as Oposições Coligadas contavam com a simpatia da classe média e da população do subúrbio ludovicense (Moreira, 1989, p. 45).

Decerto, há um vazio nas produções historiográficas sobre o lugar que essa população ocupava no processo de resistência à oligarquia vitorinista. Em diversas produções acadêmicas, a participação popular foi relegada a um espaço menor, até mesmo como “massa de manobra” das Oposições Coligadas, pois segundo Costa (2004, p. 4)

> Embora nunca tenham conseguido derrotar eleitoralmente a máquina vitorinista (alicerçada no PSD e amparada no uso sistemático da “Universidade da Fraude”), as Oposições Coligadas conseguiram eleger vários parlamentares, além de aglutinar em torno de si o apoio de diversos segmentos sociais, muito especialmente das massas populares de São Luiz, as quais, em pelo menos um momento, chegaram a “explodir” contra os desmandos do grupo dominante, por ocasião do movimento político conhecido como Greve de 1951.

Embora todo o esforço empenhado pelas Oposições Coligadas no seu objetivo de derrubar a oligarquia vitorinista não alcançou êxito, porém, é importante destacar que os movimentos paredistas realizados conseguiram impor golpes consideráveis na imagem e estrutura eleitoral do vitorinismo. Tal feito só foi possível mediante a apropriação dos anseios das classes populares.

Ainda sobre a participação popular nos movimentos paredistas de 1951, Ribeiro (2001, p. 36) enfatiza que "É evidente que a significativa mobilização das massas na São Luís de 1951 representa a demonstração clara de suas angústias, demandas sociais e políticas.", ou seja, o movimento paredista levava as reivindicações dos trabalhadores. Muito embora falemos sobre a participação da classe trabalhadora mediante a realização de greves, há uma diferenciação entre a participação do setor público e do setor privado nos movimentos grevistas. No setor privado, a adesão à greve foi considerável, podendo contar até mesmo com o apoio e incentivo por parte dos patrões por meio de dispensa e autorização para o trabalhador aderir à greve. Enquanto no setor público, Ribeiro (2001, p.40) afirma que:

> Não se pode perceber a presença ativa e permanente dos servidores públicos no meio do movimento de 1951, fato esse que deve ser atribuído à precariedade na relação contratual entre os servidores e o Estado, assim como ao padrão clientelista e fisiológico vigente na administração pública, onde critérios como concurso público, estabilidade ou outros direitos e garantias eram inexistentes.

Isso nos permite compreender que a adesão à greve não alcançava todos os setores das classes trabalhadoras, porém, isso não significa que o setor público, por exemplo, também não possuísse sua agenda de reivindicações. As disputas existiam entre o empregado e o empregador, bem como podemos afirmar existirem também disputas entre os líderes oposicionistas e a população, pautas não necessariamente iguais, porém, desejo de apropriação de pautas para a mobilização.

A Greve de 1951 representou (mesmo que de maneira desesperada) para as Oposições Coligadas a única forma de derrubar a oligarquia vitorinista e consagrou o início do declínio vitorinista, tendo o seu fim a partir da ascensão de José Sarney ao cargo de Governador. O discurso que envolve a ascensão de José Sarney é totalmente maniqueísta onde "Para materializar sua campanha, o candidato em questão cria o slogan "Maranhão Novo" e baseia seus discursos principalmente no contraponto entre o velho e o novo, o atrasado e o progresso, o subdesenvolvimento e o desenvolvimento." (Bittencourt, 2019, p. 124)

É evidente que Vitorino Freire marca a história do Maranhão como uma figura controversa e no cenário político do estado, pela forma como construiu ao longo de toda a sua carreira um forte capital político. De forma primária, percebe-se que a sua forte influência

advém principalmente do Governo Federal, que lhe oportunizou impulso na política do Maranhão, porém, destacamos que esse período não é marcado apenas na pessoa de Vitorino Freire. Existem muitos outros atores que participaram, por exemplo, dos movimentos de resistência, mas não são apresentados.

3.2. Para além da greve de 51: a rebeldia popular

Embora mandão e detentor das práticas clientelistas, o poderio de Vitorino Freire foi fortemente contestado, as personalidades políticas que participaram dos movimentos de contestação são inúmeras, por exemplo, José Sarney, porém, não é razoável que analisemos tais fatos somente pela perspectiva de personalidades icônica, a classe popular teve importante papel nesse processo, principalmente no movimento grevista de 1951. Em geral podemos afirmar que as disputas pelo poder local são comuns, porém, a realidade vivida pelo Maranhão nos anos finais do período vitorinismo marca momentos de veemente resistência aos desmandos do líder de influência local.

As Oposições Coligadas se fortaleceram não apenas pela adesão de personagens dissidentes da oligarquia vitorinista, mas também contou com a forte adesão de movimentos populares e sindicatos. A adesão popular foi possível mediante a construção de uma narrativa, prometendo uma quebra com o sistema de poder vigente, sendo assim:

> [...] no decorrer da "Campanha de Libertação", os atores sociais ligados às Oposições Coligadas produziram, (re)formularam, manejaram e difundiram todo um conjunto de representações políticas, constituído por emblemas, bandeiras de luta, imagens, heróis e mártires – conformando um imaginário político organizado em torno da oposição entre o Maranhão Livre (portador das tradições de rebeldia e cultura da "Atenas Brasileira" / "Ilha Rebelde") e a Ocupação vitorinista (usurpadora e alienígena, corrupta, grotesca e maléfica). (Costa, 2004, p. 7)

A greve de 1951 tem suas origens nas disputas intraoligárquicas, ou seja, as dissidências que ocorreram na própria oligarquia vitorinista fortaleceram a oposição, sendo a principal figura da oposição, José Sarney, um produto da oligarquia de Vitorino. As disputas pelo poder, segundo Ribeiro (1997, p. 93), representam "o padrão clássico da política maranhense, qual seja, as disputas intraoligárquicas pelo controle do aparelho estatal para a consecução de seus objetivos públicos e/ou privados".

Em parâmetros gerais, podemos afirmar que

> A greve de 1951 foi uma revolta popular articulada pela oposição contra a posse do governador Eugênio Barros, ligado a Victorino e eleito com base na fraude. Em dois momentos, a cidade de São Luís ficou completamente paralisada numa greve geral de caráter político, nos meses de fevereiro (cerca de 15 dias) e setembro/outubro (20 dias). (Costa, 1997, p. 4).

O movimento grevista contou com a atuação direta das camadas mais populares da ilha de São Luís, embora o movimento também tenha atingido outras cidades interioranas do Maranhão, mesmo que minimamente. Um exemplo muito peculiar, era o posicionamento de Assuero Leopoldino Ferreira, avô de José Sarney, o primeiro líder político da Colônia Lima Campos — hoje município, com emancipação reconhecida em 1961 — o líder Assuero mesmo com a dissidência de José Sarney continuou leal a Vitorino Freire, levando a colônia a participar da Greve de 1951 ao lado do governo através do envio de jovens para auxiliar na repressão ao movimento.

Sobre a participação popular Ribeiro (2001, p. 50) já colocava em voga "[...] a necessidade de estudos mais aprofundados sobre a participação popular na história social do Maranhão principalmente tendo em vista as características peculiares inerentes à 'Greve de 51'[...]" Isso nos mostra que as massas que participaram dos movimentos paredistas possuem uma identidade que precisa ser melhor compreendida.

É comum que as análises sobre esses movimentos populares sejam reduzidas por meio de generalizações que comprometem o entendimento dos fatos. As massas que estavam mobilizadas nos movimentos paredistas de 1951, não estavam meramente a serviço de um grupo oposicionista, esse entendimento só é possível quando colocamos essa população no centro da análise. Há uma série de condições sociais, políticas e também econômicas que iniciaram a população, as mobilizações não são unicamente frutos de líderes agitadores de massas.

As condições de vida a que eram condicionados os trabalhadores da cidade de São Luís, foram um dos fatores mais importantes para as massas populares tomarem a decisão de ocupar as ruas em ação de protesto ao grupo político no poder, e podemos destacar que "Um dos eixos mais importantes dessa crise foi a alta da inflação ocorrida no período de 1948/1951" (Ribeiro, 2001, p. 19).

No contexto das mobilizações populares, é evidente que as contestações aos desmandos de Vitorino já existiam antes mesmo da eclosão dos movimentos grevistas de 51, porém, a eleição estadual de 1950 deixou clara a existência da "Universidade da Fraude". As acusações de fraudes eleitorais nas eleições de 1950 nem de perto figuravam como uma prática nova ou incomum na política do Maranhão e do Brasil, porém, podemos definir o momento da política estadual como incomum.

> De acusação em acusação, o clima eleitoral ficou cada vez propício aos discursos radicalizados e aos ataques pessoais, de lado a lado, levando os políticos das

> "Oposições Coligadas", temendo a repetição dos mesmos procedimentos fraudulentos já utilizado em pleitos anteriores pelos partidários do senador Vitorino Freire, a pugnarem pela necessidade de intervenção federal no Maranhão [...] (Ribeiro, 2001, p.32-33)

O maior temor das Oposições Coligadas eram as fraudes eleitorais, uma prática já conhecida pelos vitrinistas, porém, a cartada da intervenção federal não foi utilizada somente como forma preventiva contra as fraudes. O desejo de intervenção por parte do Governo Federal também foi colocado em voga diante do caos que tomou conta das ruas de São Luís. O objetivo era que o interventor assumisse o governo estadual, evitando a volta de Eugênio Barros.

A eleição de 1950 teve Eugênio Barros como candidato do vitorinismo e Saturnino Bello como o candidato apoiado pelas Oposições Coligadas. O clima político era de muita tensão, embalado também pela disputa nacional. Podemos destacar os embates da praça João Lisboa como o primeiro momento de embates violentos entre situação e oposição, e os embates diretos foram causados devido à sabotagem do governo à chegada de Adhemar de Barros, governador de São Paulo, ao Maranhão.

A recepção de Adhemar de Barros estava inicialmente marcada para a praça João Lisboa, porém, como bem destaca Costa (2004, p. 4) "[...] todas as atividades programadas pelas Oposições para recepcioná-lo foram sistematicamente sabotadas pelos governistas". Logo o comício foi remanejado para a Praça Deodoro e a Praça João Lisboa foi cercada pela cavalaria da polícia. No decorrer do comício, a eletricidade foi interrompida, ainda assim, o comício continuou.

Diante das inúmeras ações de sabotagem atribuídas ao governo, formou-se uma verdadeira marcha rumo à praça João Lisboa onde estava concentrada as forças policiais, e o confronto era inevitável, muito embora o cerco tenha inibido Adhemar e seus aliados "[...] a multidão partiu para o confronto com os policiais, em verdadeira batalha campal com saldo de inúmeros feridos e uma vítima fatal: o operário João Evangelista de Sousa." (Costa, 2004, p. 5).

Esse confronto foi apenas o início de uma disputa campal pelo poder no Maranhão, e o resultado das eleições para governador e consequente posse de Eugênio Barros, com certeza foi o marco inicial do movimento grevista. A forte influência de Vitorino Freire sobre o Tribunal Regional Eleitoral, colocou a apuração sob questionamento, levantando suspeitas de fraude eleitoral, nesse sentido Costa (2004, p. 5) diz que "o TRE anulou cerca de 16 mil votos da capital (principal reduto oposicionista), permitindo que Eugênio Barros

passasse à frente na apuração, o que deu início a uma prolongada disputa jurídica, com as Oposições defendendo a realização de eleições suplementares.”.

No dia 15 de janeiro de 1951, uma fatalidade alcançou o então candidato da oposição que faleceu devido a um ataque fulminante, esse dia marcou o início de um movimento guiado não apenas pelos descontentamentos eleitorais, mas também pela emoção da perda de sua liderança oposicionista. No aspecto eleitoral “A situação era inédita, não sendo prevista pelo Código Eleitoral, do que resultou a desconcertante decisão do TRE estadual: não seriam realizadas eleições suplementares, pois os eleitores não poderiam votar em candidato morto [...]” (Costa, 2004, p. 5-6), ou seja, Eugênio Barros deveria ser o candidato diplomado.

> [...] a participação popular não pode ser desligada dos profundos impactos simbólicos e emocionais resultantes do conjunto de acontecimentos fatais, bem como das estratégias discursivas adotadas pelas Oposições, agitando o magma constitutivo dos imaginários sociais. Por um lado, os signos da morte. A morte do candidato oposicionista. O massacre de anônimos combatentes em praça pública. A diplomação de Eugênio Barros com o “atestado de óbito do concorrente”. A cidade ardendo em chamas. A violência nua e crua da Ocupação vitorinista. Traumas coletivos a sinalizar a finitude de todos e de cada um. A agitar corações e mentes, mobilizando representações imemoriais da morte. Mobilizando o enigma da morte. Transformando túmulos em bandeiras e trincheiras de luta. (Costa, 2004, p. 6)

O cortejo fúnebre de Saturnino Bello reuniu cerca de 30 a 40 mil, isso nos dá a dimensão da comoção que foi gerada, porém, não reputo somente a comoção popular o envolvimento em polvoroso da população nos atos que iniciaram no dia 27 de janeiro com a posse de Eugênio Barros, pode ter sido combustível, mas não elemento principal. As notícias sobre a posse de Eugênio Barros geraram mais revolta na população levando a mobilização popular no centro de São Luís e a depredação generalizada, os principais alvos eram “residências de juízes do TRE foram depredadas, o jornal Diário de São Luiz (porta-voz do vitorinismo) foi empastelado e incendiado, a Rádio Timbira (emissora oficial) foi atacada.” (Costa, 2004, p. 7). No dia seguinte, houve confrontos diretos entre manifestantes e a Polícia Militar, causando a morte do jovem José Ribamar Prado.

> O clima de violência e extremismos verificados em toda a campanha eleitoral, como se pode vê não foi amainado pelos contendores, mas pelo contrário, em certa medida ele foi intensificado quando do processo de apuração do votos em todo o estado… Afinal, para os coligados o que estava ocorrendo era a repetição das contumazes fraudes da era vitorinista, só que desta feita, tinham certeza da vitória eleitoral, mas a viam escorregando entre seus dedos… (Ribeiro, 2001, p.46)

Entre os correligionários das Oposições Coligadas, acendeu-se o alerta para as práticas fraudulentas que poderiam colocar em risco seu projeto de poder, que até então era o

vencedor, porém, a morte de Saturnino Bello e a decisão do TRE de dar posse a Eugênio Barros causaram frustração. Para as Oposições Coligadas só restou apelar de forma mais enfática para a participação popular em contestação à posse de Eugênio Barros, inclusive a adesão dos sindicatos é um ponto importante de ser analisado. Sobre os sindicatos, Ribeiro (2001, p.36) afirma que:

> Descontando o fato de que a cobertura jornalística foi seriamente prejudicada nos dias de paralisação da atividade econômica na capital, além da inexistência de documentos comprobatórios nos arquivos sindicais, consideramos a existência de um movimento sindical, com forte presença dos setores marginalizados da sociedade, cujas insatisfação latentes foram canalizadas para o fito de evitar, a qualquer custo, a vitória política do senador Vitorino Freire e seus aliados e, via de conseqüencia, a posse de Eugênio Barros na Governadoria do Estado.

Embora os sindicatos tivessem um importante alcance popular, não podemos afirmar que todos os setores aderiram de forma integral. O setor privado aderiu de maneira mais enfática aos movimentos. É fato que aqueles que não aderiram ao movimento ou até chegaram a aderir, porém, fura ram a greve, não agradavam aos coligados. Nesse sentido, Ribeiro (2001, p.39-40) destaca que:

> Os coligados, que defendia um sindicalismo sadio e dentro da lei, mas desde que os trabalhadores estivessem de acordo com os seus objetivos, no momento em que alguns setores começavam a furar a greve e a retornar ao trabalho, a posição externada pelos líderes oposicionistas mostrava a fragilidade do discurso no sentido de manter os trabalhadores mobilizados por algo que diretamente lhes dissesse respeito.

Isso demonstra no mínimo uma dubiedade, no que era pregado pelas oposições e o que realmente era prática, não que a agenda das Oposições Coligadas representasse uma coerência, já que representava apenas uma fictícia agenda de mudança. Embora os trabalhadores tivessem suas reivindicações, a classe trabalhadora possuía uma agenda, porém, não possuía uma ideia de como se mobilizar, ou seja,

> Não temos como padrão no movimento de 1951, uma atitude organizada e consciente dos trabalhadores através de suas entidades sindicais, as quais, à época, representavam 37 sindicatos, sendo 28 de trabalhadores; que tenham apresentado ao empresariado local ou suas entidades sindicais representativas, em número de 9, e desta forma, buscando atingir suas reivindicações ou demandas por melhores condições de vida. (Ribeiro, 2001, p.35)

A colocação de Ribeiro (2001) nos confirma que a população não era apenas uma massa de manobra e que possuíam as suas reivindicações diante do cenário político e econômico, porém, a ausência de uma mobilização organizada com certeza abriu espaço para que as Oposições Coligadas utilizassem os anseios da população em causa própria.

No desdobramento dos acontecimentos, a garantia da posse de Eugênio Barros era a prioridade para o Tribunal Superior Eleitoral. Diante dos confrontos violentos, o Exército tomou o comando da segurança para si. Muito embora a intenção fosse garantir o sossego público, as mobilizações continuaram e o movimento grevista começou a causar impactos no dia a dia. “A greve provocou desabastecimento na cidade devido à escassez da oferta de alimentos, problemas no fornecimento de água e luz elétrica, além de sérios prejuízos a todas as atividades econômicas, abrindo a possibilidade de colapso total.” (Costa, 2004, p. 8).

As disputas entre a oligarquia vitorinista e a oposição tomaram proporções nacionais, levando a justiça eleitoral e o governo de Vargas para o centro da disputa política. Enquanto as Oposições Coligadas contestavam judicialmente a posse de Eugênio Barros, o vitorinismo contava com o apoio do governo federal para garantir a governabilidade. A maneira encontrada de acalmar os ânimos foi o pedido de licença de Eugênio Barros, assumindo o presidente da Assembleia Legislativa César Aboud (PST) o posto de governador até a decisão do TSE.

A alternativa encontrada para a crise política encerrou a primeira fase da Greve de 1951, porém, foi apenas uma resolução momentânea. No dia 3 de setembro, o Tribunal Superior Eleitoral decidiu por unanimidade que a diplomação de Eugênio Barros era legítima, reativando na população o sentimento de descontentamento. Sem conseguir alcançar qualquer acordo com as Oposições Coligadas, Eugênio Barros decide retornar ao cargo no dia 18 de setembro. Para a recepção do governador, foi necessária a formação de um forte aparato de segurança visando garantir sua integridade física.

O retorno de Barros ao poder deu início à segunda fase da Greve de 1951 e obviamente um confronto entre a polícia e os manifestantes era previsível. No período de 18 de setembro a 08 de outubro, houve diversos confrontos que deixaram inúmeros feridos e até mortos. O então Ministro da Justiça Negrão de Lima acompanhou por telegramas todo o desenrolar das manifestações que ocorreram em 18 de setembro, movimentos que justificaram uma nova “intervenção branca” por parte do governo federal.

> Contudo, apesar da intensa e heterogênea participação popular, o movimento político de 1951 necessita ser analisado à luz da aguda disputa político-partidária, em que os grupos oposicionistas, sabedores de sua dificuldade (ou melhor, de sua impossibilidade) em chegar ao poder pela via eleitoral, procuram através da mobilização de massa justificar uma intervenção federal, vista como “saneadora” e “moralizadora” do processo político. (Costa, 2004, p. 14)

A segunda fase foi ainda mais aterrorizante para a população diante dos incêndios criminosos que ocorreram, deixando dezenas de famílias desabrigadas. Maria Aragão[4], filiada e liderança do Partido Comunista Brasileiro, foi uma das acusadas de estar diretamente ligada aos atos incendiários que atingiram a periferia de São Luís.

Mediante acusações infundadas, Maria Aragão foi enquadrada na Lei de Segurança Nacional e permaneceu presa ilegalmente de 05 de outubro a 25 de dezembro de 1951. "Enquanto a periferia ardia em chamas, governistas e oposicionistas trocavam acusações, ao mesmo tempo em que os comunistas eram tachados de 'incendiários'" (Costa, 2004, p. 16). Os comunistas não eram figuras tidas como quistas para aliança eleitoral, ou seja, existiam acusações de ambos os lados sobre o suposto alinhamento político, como se os comunistas fossem pragas, não era desejável se associar a eles (Ribeiro, 2001).

O governo de Eugênio Barros tentava diálogo com os sindicatos, o objetivo era desarticular o movimento grevista. Podemos afirmar que o cansaço começou a vencer os grevistas, gradativamente o movimento de oposição perdia fôlego, havia provavelmente um sentimento de desânimo, visto que embora empenhados em manifestar sua insatisfação não estavam logrando êxito em derrubar o governo vitorinista de Eugênio Barros.

O dia 08 de outubro marcou a restauração da estabilidade no cotidiano da sociedade ludovicense, as Oposições Coligadas buscavam fazer um balanço do período grevista e com certeza contou com suas autocríticas sabendo que os seus objetivos não foram alcançados,

> [...] apesar de tudo, no decorrer da greve foram sedimentados os eixos do discurso oposicionista: o combate à fraude eleitoral e à corrupção administrativa, preconizando a "Libertação" do Maranhão do jugo opressivo da oligarquia de Victorino Freire (vista como uma "Ocupação" contrária às tradições da terra timbira) – bandeiras de luta agitadas até meados dos anos 1960. (Costa, 2004, p. 19)

O movimento grevista de 1951 certamente deve ser analisado com uma maior atenção, não meramente por seus fatos, mas pelas figuras que participaram, incluindo as massas populares. Embora tenhamos percebido que o sentimento de comoção pela morte de Saturnino Bello fomentou as mobilizações, não podemos dar a tal evento o fato causador das mobilizações grevistas. O discurso que as Oposições coligadas construíram no decorrer dos

[4] A médica comunista Maria Aragão, nascida no município de Pindaré-Mirim, advinda de uma realidade de extrema pobreza, mulher e negra na sociedade do século XX, abraça a política de fato como um dos seus caminhos de vida no ano de 1945 no Partido Comunista Brasileiro. O PCB foi importante no cenário político maranhense de 1951, onde Maria Aragão aparece como maior liderança (Ribeiro, 2001). Aragão foi símbolo de resistência, principalmente pelo seu não alinhamento aos grupos oligárquicos que ela enfrentou diretamente e como consequência sofreu inúmeras retaliações, por exemplo, sua prisão durante a Greve de 1951.

anos foi essencial para as camadas populares na “tomada de consciência”, não apenas social como também política.

As Oposições Coligadas representavam — no mínimo discursivamente — uma ruptura com as velhas práticas políticas, protagonizando uma clara campanha que visava libertar o Maranhão das práticas oligárquicas de Vitorino Freire. É interessante analisar o que é o discurso construído pelas oposições coligadas e o que vai se consumar a partir da ascensão de José Sarney ao poder no estado do Maranhão. As oposições coligadas construíram o ideal de renovação e estabeleceram a oposição entre o “Novo” e o “Velho”, porém, após a vitória de José Sarney nas eleições de 1965 e a consequente derrocada do vitorinismo não houve mudanças significativas se comparado com o que havia anteriormente, houve apenas mudanças do grupo oligárquico e seu chefe político, mas as estruturas de dominação e poder permaneceram, nesse sentido:

> É interessante refletir sobre os mecanismos de viabilização de poder, pois o Sarneismo representou meramente uma: substituição de um grupo oligárquico por outro. Estava em processo de consolidação, na década de 1960, uma sólida rede de poder que manteve suas engrenagens em pleno funcionamento por mais de cinquenta anos. (Piccolo, 2015, p. 82)

Muitos desejavam justamente a prometida ruptura com o velho, visto que a população vivia sob os mandos e desmandos dos chefes locais, criando um ambiente de dependência, portanto, o cidadão devia submissão às ordens emitidas. Na realidade, as Oposições Coligadas através da eleição de José Sarney não entregaram a ruptura prometida, sendo uma verdadeira continuidade do que havia anteriormente.

Muitos estudos sobre o vitorinismo ainda direcionam seus olhares apenas para a figura de Vitorino Freire e outras figuras que participaram do movimento e das disputas oligárquicas, como José Sarney, porém, é bem verdade que existiram muitos movimentos políticos de resistência ao vitorinismo que vão muito além de personalismos. Quando falamos da Greve de 1951, precisamos refletir sobre o papel que a população exerceu nesse movimento. É muito comum tratarmos a Greve de 51 apenas como um movimento de resistência contra a oligarquia vitorinista, colocando a participação popular em segundo plano ou até mesmo como mera “massa de manobra” das Oposições Coligadas.

Decerto, a participação popular não pode ser compreendida apenas como um grupo de pessoas alienadas e instigadas ao motim contra o governo. As Oposições Coligadas em algum grau utilizaram-se da população para alcançar seus objetivos particulares, porém,

> [...] a verdade é que o movimento de massas tem raízes no profundo descontentamento popular gerado pelas dificuldades econômicas de toda espécie, pela insuficiência dos salários, pela alta dos preços, pelos impostos escorchantes e também pela falta de liberdade e as perseguições que caracterizam o gevêrno vitorinista. Embora a maior parte da população ainda não saiba definir com clareza seus objetivos e a maneira de atingi-los, a aspiração geral é de um govêrno que lhe garanta a liberdade de defender seus direitos e de lutar por suas reivindicações. (Voz Operária, 29 de Setembro de 1951, p. 1)

As massas que participaram das manifestações de 1951, não foram agentes passivos nos movimentos, tampouco foram agentes que agiram por mera manipulação de grupos políticos, a população tinha também suas diversas insatisfações. Esse novo olhar para os acontecimentos da Greve de 1951 é importante visto que “Muitos movimentos sociais que acontecem ou aconteceram em rincões nacionais são ignorados e seu estudo nos possibilitaria uma discussão sobre concepções políticas e lutas pelo poder.” (Caprini, 2010, p. 6).

4. O VITORINISMO E A HISTÓRIA LOCAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A História Política é um campo que vem se moldando desde o ano de 1920 com a Escola dos *Annales*. A nova perspectiva histórica dos *Annales* se move em direção a uma compreensão dos que compõem a sociedade e não mais uma história do Estado. "A história política é psicológica e ignora os condicionamentos; é elitista, talvez biográfica, e ignora a sociedade global e as massas que a compõem" (Julliard, 1995), é muito comum que a história política oferecida em livros e produções acadêmicas sejam uma descrição, narrativa dos fatos direcionados a elites ou ao próprio Estado.

Ao tratarmos sobre a História Política, devemos destacar que por muito tempo essa história da política era baseada nos grandes fatos, em especial as guerras ou a formação dos Estados Nacionais. Essa concepção por muito tempo moldou não apenas a produção historiográfica como também a formação de professores e consequente a formulação dos materiais didáticos. Assim sendo, houve um processo de esquecimento no que tange às discussões sobre a história local.

Os Annales relegaram a História Política ao ostracismo por um longo período e somente a partir da terceira geração dos Annales proporcionaram o surgimento de uma nova História Política, decerto alguns referem-se como a "volta" da História Política, porém,

> Não gosto nem um pouco dessa expressão, porque ela faz pensar que se trata de uma volta atrás ou de uma restauração, quando na verdade, trata-se de algo completamente diferente, de uma outra história, que se beneficiou do enriquecimento de todas as gerações anteriores e trouxe, não resta dúvida, o político pra frente do palco. (Rémond, 1994, p.10)

Na perspectiva de Rémond (1994), a Nova História Política dos *Annales* em nada se parece com a que havia anteriormente, a perspectiva do século XIX é muito diferente do que passará a existir a partir do século XX, trata-se de fato de uma "Nova História" e uma nova perspectiva de estudo. Ainda sobre o foco de estudo da Nova História Política

> Se centram em torno do imaginário do poder, sobre a performance de atores, sobre a eficácia simbólica de ritos e imagens produzidas segundo fins e usos do político, sobre os fenômenos que presidem a repartição da autoridade e do poder entre grupos e indivíduos, sobre mitos e crenças que levam os homens a acreditar em alguém ou algo, pautando a ação e a percepção da realidade sobre os mecanismos pelos quais se constroem identidades dotadas de poder simbólico de coesão social. (Pesavento, 2005, p. 25)

As mudanças que a História Política passou entre os séculos XIX e XX, proporcionou a ampliação de seus horizontes colocando seu foco sobre uma maior gama de

atores sociais, “[...] dessa forma, temos uma história preocupada com os movimentos sociais, as eleições, as formas de dominação do eleitorado, as políticas públicas, partidos, a opinião pública e, influenciada pelas mentalidades [...]” (Caprini, 2010, p. 3). Em corroboração com o novo objeto de estudo da Nova História Política, Marcos Napolitano afirma que

> O novo campo da História Política vem dando uma grande contribuição à História Contemporânea uma vez que permite articular objetos e problemas típicos do século XX, como a ação da propaganda e dos meios de comunicação sobre a esfera política, cultural e social das sociedades em questão. (Napolitano, 2007, p. 169-170)

Ao historiador não deve interessar os fatos pelos fatos, ou seja, apenas uma ação descritiva dos acontecimentos, o processo de compreensão e questionamento das fontes mediante as teorias e metodologias da pesquisa histórica. Nessa perspectiva, evocamos Bloch (2001, p. 58) quando diz que “A questão, em suma, não é mais saber se Jesus foi crucificado, depois ressuscitado. O que agora se trata de compreender é como é possível que tantos homens ao nosso redor creiam na crucificação e na ressurreição”, ou seja, é necessário haver a problematização dos fatos históricos.

Quando relacionamos a História Política com a História Local, é possível depreender que a narrativa dos grandes fatos e de grandes personalidades políticas torna-se um padrão nas produções bibliográficas. A História política do Brasil e até mesmo do Estado do Maranhão segue esse mesmo direcionamento para a exposição sobre figuras específicas de grande destaque político, em detrimento de outras que são relegadas a um espaço menor na historiografia política.

Fato é que a história de algumas dessas personalidades nos ajuda a compreender a história política do Estado do Maranhão, como José Sarney e Vitorino Freire, porém, destacamos que essas figuras não são o fim ou até mesmo as únicas vias para a compreensão da história maranhense. Dessa forma, Caprini (2010, p. 6) enfatiza que

> Pesquisar os personagens que se destacaram no plano político regional é necessário, mas problematizar sua estrutura de poder, questionando como alcançou e o que fez para manter-se, buscar a relação entre poder e sociedade, afinal ninguém chega ao poder sem haver mantido nenhuma relação como o social, são questões importantes de um trabalho sobre História Política.

A história política maranhense, em especial a partir do período republicano, é construída mediante a formação de grupos políticos e de disputas entre si. As disputas intra-oligárquicas, a posterior ascensão de José Sarney e consequente declínio do vitorinismo nos dão um panorama de como essas disputas giravam em torno do domínio dos poderes de mando no estado, porém, no estudo da história política do Maranhão. Para além de

compreender essas estruturas de poder, devemos nos centrar em compreender historicamente como ela foi formada e principalmente os atores que são partícipes desse processo, que geralmente são invisibilizados na produção historiográfica.

Se nos detemos em analisar apenas o período vitorinista do Maranhão, conseguiremos perceber, por exemplo, como a participação popular estava presente na Greve de 1951 e que muitas das vezes é negligenciada em suas abordagens. Compreender a participação de classes marginalizadas no movimento grevista apenas como seguidores de orientações preestabelecidas pela maior coligação político-partidária de oposição, nos parece ser uma análise no mínimo simplista.

A História política do Maranhão em sala de aula ainda é pouquíssimo abordada e é evidente que há espaço para que a história política do Maranhão preencha maior espaço nas aulas de História, apesar disso temos o Documento Curricular do Território Maranhense que nos dá base para trabalhar conteúdos concernentes à história local. Embora devamos realizar oportunamente uma aprofundada discussão sobre o DCTMA (2019), consideramos ser imprescindível a compreensão de que essas temáticas que são pertencentes à história política do Maranhão também constam no currículo e devem ser seguidas pelo professor.

4.1. O currículo e as temáticas locais no DCTMA

O Brasil possui documentos que são basilares e que devem servir como auxílio para o professor na elaboração de suas aulas e planejamentos. A exemplo, citamos de abrangência nacional a BNCC e de abrangência local o DCTMA que visa complementar o currículo nacional conforme as especificidades locais. O próprio DCTMA (Maranhão, 2019, p. 9) no corpo de sua redação enfatiza que:

> Além dos conteúdos comuns a todo território brasileiro, a Lei de Diretrizes e Bases – LDB (1996) – e a BNCC (2017) apontam que deve haver complementação em âmbito local, de acordo com as características regionais e locais do estabelecimento escolar em questão.

Não nos interessa apenas analisar o DCTMA apenas sob a perspectiva da presença da temática vitorinista no currículo, mas também nos interessa compreender o que é o currículo, nos proporcionando estabelecer uma relação entre o documento curricular local e a própria História Local. O DCTMA em suas colocações introdutórias sobre o currículo defende a necessidade de regionalização do mesmo.

> Com isso, busca-se consolidar diretrizes que garantam que o processo de ensino nas escolas seja pautado na valorização das identidades regionais e locais, na laicidade

> do Estado, na diversidade religiosa, na igualdade de gênero, na diversidade cultural e social, partindo da perspectiva da valorização da cultura e da realidade concreta em que se está inserido. (Maranhão, 2019, p. 17-18)

O currículo vai além da sistematização de conteúdos, é também um retrato da realidade educacional, considerando os atores participantes das práticas educativas, bem como as práticas em si. Para nos auxiliar nesse processo de compreensão sobre o currículo, utilizaremos como base Saviani (2016) e Sacristán (2013). A partir desses autores, conseguimos nos apropriar criticamente sobre o que se concebe como currículo.

Para Saviani (2016, p. 55) "Currículo é entendido comumente como a relação das disciplinas que compõem um curso ou a relação dos assuntos que constituem uma disciplina, no que ele coincide com o termo programa". Saviani apresenta de maneira inicial a compreensão "comum" sobre currículo, especificando o entendimento superficial existente entre a sua organização e a sua função. Esse entendimento sobre currículo ainda se perpetua em nossa atualidade, tornando esse documento uma ferramenta unicamente simbólica e sem qualquer ação interativa com a prática educacional.

Sacristán (2013, p. 17) também coloca que "O conceito de currículo e a utilização que fazemos dele aparecem desde os primórdios relacionados à ideia de seleção de conteúdos e ordem na classificação dos conhecimentos que representam [...]", ou seja, a ideia construída sobre o currículo, desde o princípio está relacionado ao processo de esquematização ordenado dos conteúdos de diferentes disciplinas. Destacamos que, em nada está errado a utilização da BNCC ou DCTMA como ferramenta para o professor, pelo contrário, esses documentos auxiliam os professores na elaboração de suas aulas e respectivos planos, porém, o que não pode acontecer é reduzir a esse papel os documentos curriculares.

Trazendo a perspectiva de Paulo Freire como elemento corroborador da discussão sobre a necessidade de compreender o caráter amplo do currículo, Freire diz que:

> Não reduzimos, por isso mesmo, sua compreensão, a do currículo explícito, a uma pura relação de conteúdos programáticos. Na verdade, a compreensão do currículo abarca a vida mesma da escola, o que nela se faz ou não se faz, as relações entre todos e todas que fazem a escola. (Freire, 2005, p. 123)

Na visão de Paulo Freire, o currículo é também a escola, bem como aqueles que a compõem e as respectivas relações existentes, portanto, o currículo reflete a escola como ambiente de diversidade. Sob essa perspectiva, Libâneo, Oliveira e Toschi (2003) apresentam três diferentes formas de currículo: formal, real; e oculto.

Para Libâneo, Oliveira e Toschi (2003, p. 363):

> O currículo formal ou oficial é aquele estabelecido pelos sistemas de ensino, expresso em diretrizes curriculares, nos objetivos e nos conteúdos das áreas ou disciplinas de estudo. Podemos citar como exemplo os Parâmetros Curriculares Nacionais e as propostas curriculares dos estados e municípios.

De maneira complementar Libâneo (2001, p.99) afirma que o "currículo formal refere-se àquele que é estabelecido pelos sistemas de ensino ou instituição educacional", ou seja, toda diretriz educacional estabelecida como base para a educação é considerada formal ou oficial, por exemplo, LDB e BNCC.

Libâneo, Oliveira e Toschi (2003, p. 363) afirmam que "O currículo real é aquele que, de fato, acontece na sala de aula, em decorrência de um projeto pedagógico e dos planos de ensino. É tanto o que sai das ideias e da prática dos professores, da percepção e do uso que eles fazem do currículo formal, como o que fica na percepção dos alunos". De forma mais clara, podemos compreender o currículo real como a execução prática do currículo formal, onde

> [...] o currículo é uma das formas de mudar as relações entre os professores, estudantes e demais profissionais envolvidos no processo de educar; com ele, entende-se a função social da escola no contexto social de hoje. Conforme tal concepção, o currículo não é apenas o conteúdo anual a ser ministrado nas aulas – é um espaço onde professores e alunos se inter-relacionam e, nesta interação, ocorre a aprendizagem. (Maranhão, 2019, p. 9)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (2018) nos leva nos mesmo sentido do que é apontado pelos autores, muito embora concebemos a LDB como um currículo formal ela também demonstra preocupação em tornar presente no documento as características regionais, da sociedade e dos alunos.

> Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Brasil, 2018)

Por fim, "O currículo oculto refere-se àquelas influências que afetam a aprendizagem dos alunos e o trabalho dos professores e são provenientes da experiência cultural, [...] ou seja, das práticas e das experiências compartilhadas na escola e na sala de aula." (Libâneo, Oliveira, Toschi, 2003, p. 363). Quando falamos sobre o cotidiano escolar, devemos compreender como o lugar da diversidade cultural e de valores. É impossível conceber esse lugar, em sua diversidade de atores, como um local de ausência das vivências adquiridas em seu meio social. Somente como forma de esclarecimento sobre o motivo de se chamar "oculto", Libâneo, Oliveira, Toschi (2003, p. 363) diz que "É chamado de oculto

porque não se manifesta claramente, não é prescrito, não aparece no planejamento, embora constitua importante fator de aprendizagem".

Sob as diferentes perspectivas de currículo, compreendemos que o currículo formal é necessário para a "coordenação" do trabalho docente, perpassando pelo currículo real onde podemos ver na prática a aplicação dos conteúdos, sem esquecer que a realidade escolar também faz parte do processo de aprendizagem, por último o currículo oculto que se refere a bagagem de vivências e experiências que os alunos trazem consigo para a escola.

Assim, a sala de aula é um local plural onde cada aluno possui a sua realidade cotidiana e carrega consigo saberes adquiridos no seio de sua comunidade e levados para o cotidiano escolar. Carlini (2013, p. 127) diz que "A aula significativa, que acrescenta sentido novo ao universo de conhecimento dos alunos, é aquela que estabelece continuamente a relação entre a teoria estudada e a realidade vivida".

O currículo vai além do conteúdo programático, essa forma de conceber o currículo tem proporcionado tentativas de se construir documentos curriculares que levem em consideração as diversas realidades. Quando tratamos sobre o DCTMA, é possível perceber a preocupação em construir um currículo local com suas bases na BNCC, considerando as mais diversas realidades, assim:

> A BNCC é atualmente a diretriz norteadora dos aspectos educacionais e de ensino das escolas brasileiras em relação ao processo de ensino-aprendizado. É importante mencionar que a Base será o ponto de partida para as metodologias e eixos conteudistas em sala de aula. Nesse aspecto, o documento educacional justifica que cada estado federativo terá a responsabilidade de organização nos aspectos metodológicos e de conteúdo no que tange ao Ensino de História Local e às singularidades nas aulas de História. (Mendes, 2020, p. 44)

Nesse aspecto apresentado por Mendes (2020), percebemos que a ideia central dos documentos curriculares locais apresenta a necessidade de possuir elementos que fizessem parte da realidade local. No que tange ao ensino de História, a História Local possui função importantíssima na abordagem de temáticas pertencentes à história do Estado do Maranhão e que também são fundamentais para a construção da identidade maranhense.

O DCTMA oferece ao professor o complemento do conteúdo presente na BNCC, ou seja, as temáticas concernentes à história local só apareceram no currículo local. Ao examinarmos, a presença da temática vitorinista no DCTMA está localizada junto aos conteúdos do 9º ano do Ensino Fundamental, sendo possível perceber que aparece logo no início dos conteúdos programáticos, ou seja, entre a Primeira República e a Era Vargas.

Quadro 1 - Esquema Curricular do DCTMA

9° ANO			
UNIDADES TEMÁTICAS	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**	**HABILIDADES**	**ATIVIDADES SUGERIDAS**
O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX	Experiências republicanas e práticas autoritárias: as tensões e disputas do mundo contemporâneo. A proclamação da República e seus primeiros desdobramentos. A adesão do Maranhão à República e a formação dos grupos oligárquicos.	(EF09HI01) Descrever e contextualizar os principais aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos da emergência da República no Brasil e no Maranhão. (EF09HI02) Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954.	Debate e leitura Proporcionar aos estudantes momentos de descobertas sobre os símbolos da república (hino nacional, bandeira, a construção de Tiradentes como herói nacional) e discutir um pouco com eles como o processo de construção das identidades nacionais, tanto na Europa quanto na América, foi longo e tortuoso. Isso porque os estados nacionais precisaram solucionar, muitas vezes por meio da força, as diferenças internas para construir laços históricos comuns entre a população (língua, costumes, origens etc.). O objetivo é demonstrar que o nacionalismo não é natural, mas construído ao longo do tempo de acordo com interesses específicos.

	A questão da inserção dos negros no período republicano do pós-abolição. Os movimentos sociais e a imprensa negra; a cultura afro-brasileira como elemento de resistência e superação das discriminações. Primeira República e suas características. Contestações e dinâmicas da vida cultural no Brasil entre 1900 e 1930. Oligarquia Vitorinista no Maranhão.	(EF09HI03) Identificar os mecanismos de inserção dos negros na sociedade brasileira pós-abolição e avaliar os seus resultados. (EF09HI04) Discutir a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil. (EF09HI05) Identificar os processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira e avaliar suas contradições e impactos na região em que vive.	Pesquisa e descoberta Solicitar aos estudantes que registrem em uma folha de papel sulfite tudo que pensam e sabem sobre o nascimento do período republicano, em seguida pedir que comprovem (ou não) suas opiniões por meio de pesquisas, identificando os aspectos principais desse momento com enfoque nas questões sociais, culturais e econômicas. Linha do tempo Solicitar aos estudantes que façam uma linha do tempo explicitando as etapas dos conflitos envolvendo os indígenas no século XX após uma pesquisa, atentando especialmente para o caso do Maranhão.
	O período varguista e suas contradições. A emergência da vida urbana e a segregação espacial. O trabalhismo e seu protagonismo político.	(EF09HI06) Identificar e discutir o papel do trabalhismo como força política, social e cultural no Brasil, em diferentes escalas (nacional, regional, cidade, comunidade).	
	A questão indígena durante a República (até 1964). A Revolta de Alto Alegre-Barra do Corda.	(EF09HI07) Identificar e explicar, em meio a lógicas de inclusão e exclusão, as pautas dos povos indígenas, no contexto republicano (até 1964), e das populações afrodescendentes.	

	Anarquismo e protagonismo feminino.	(EF09HI08) Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema. (EF09HI09) Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais.	

Fonte: Documento Curricular do Território Maranhense, 2019, p. 456

É importante tecer críticas sobre a forma como a estrutura curricular estabelecida pela BNCC e pelo DCTMA é apresentada, esse padrão acaba engessando as práticas docentes e as possibilidades para trabalhar os conteúdos na sala de aula. No exemplo acima, o DCTMA em sua estrutura curricular apresenta basicamente uma reprodução da BNCC, porém, com as complementações no conteúdo, concernentes às abordagens sobre a história local. É possível observar (Quadro 1) que a perspectiva da História Local aparece em três momentos: A adesão do Maranhão à República e a formação dos grupos oligárquicos; Oligarquia Vitorinista no Maranhão; e a Revolta de Alto Alegre-Barra do Corda.

Embora seja um documento da esfera estadual, o DCTMA:

> [...] servirá de base para que as escolas das redes públicas e privadas (re)elaborem seus Projetos Político-Pedagógicos (PPP) e planos de aulas de seus docentes. É preciso, pois, que todos assumam o compromisso com a promoção de aprendizagens significativas, uma vez que o currículo deve ser conhecido, discutido e incorporado pelos profissionais de educação, que se constituem como sujeitos da ação educativa, inclusive os que pensam as políticas públicas educacionais. (Maranhão, 2019, p. 5-6)

O município de São Luís também possui a sua proposta curricular, que atua concomitantemente a outros documentos curriculares direcionados à educação básica. Sobre a Proposta Curricular da Rede Pública Municipal de São Luís, ela é elaborada tomando por base a BNCC e o DCTMA. Possuindo também o entendimento amplo sobre o currículo, ou seja:

> [...] a Rede Pública Municipal de Ensino de São Luís entende o currículo não apenas como um conjunto de saberes pré-estabelecidos e que se encontram materializados em disciplinas, determinando aquilo que será vivido pelos estudantes no seu processo formativo, mas como resultado de uma construção social, que sofre a ação da realidade histórica, contextualiza-se com momentos particulares da organização social e vinculando-se à complexa arena de embates estruturais da sociedade e da educação. (São Luís, 2019, p. 21)

Pode-se pensar no porquê da existência dessa quantidade de currículos e se isso pode ser benéfico ou trazer prejuízos para a educação. Entendemos que a BNCC é um documento curricular amplo, que dá bases, porém, os demais documentos curriculares servem como complemento, trazendo os aspectos específicos de cada localidade do país. Dizer que o Brasil possui dimensões continentais não serve apenas como frase de efeito, temos um país com uma diversidade sócio-cultural enorme.

Portanto, é dessa diversidade que se faz o próprio currículo. Querer tornar a escola um campo neutro é negar o próprio aluno como ser inserido em uma sociedade e dotado de credos e ideologias. Assim sendo, mesmo com outras propostas curriculares "Não há, com isso, um esvaziamento de conteúdos, mas sua chamada sob o critério de utilidade para a formação das habilidades elencadas como básicas ou como importantes na consolidação das competências dos/das estudantes." (São Luís, 2019, p. 22-23). Para corroborar, o DCTMA (2019, p. 9) vai no mesmo sentido ao dizer que:

> Além dos conteúdos comuns a todo território brasileiro, a Lei de Diretrizes e Bases – LDB (1996) – e a BNCC (2017) apontam que deve haver complementação em âmbito local, de acordo com as características regionais e locais do estabelecimento escolar em questão.

No que tange o currículo local e a História Local, deve-se deixar de lado o preciosismo que existe e que aplica o entendimento de um currículo da disciplina de História como uma mera sistematização linear de fatos a serem transmitidos aos alunos. O ambiente escolar, como espaço dotado de diversidade cultural, deve valorizar a história e consequentemente a cultura que também faz parte do processo formativo. É ideal que o ensino de História seja contextualizado a partir da realidade local dos alunos, entendendo que:

> [...] estamos inseridos no tempo: o presente não se esgota na ação que realiza, mas adquire sentido pelo passado e pelo futuro desejado. Pensar o passado, porém, não é um exercício de saudosismo, curiosidade ou erudição: o passado não está morto, porque nele se fundam as raízes do presente. (Aranha, 2006, p. 19)

Podemos considerar que trazer a história local para as discussões em sala de aula é valorizar a história, entendendo que o passado é a base para o que vivemos no presente. Na oportunidade, concorda-se com Seffner (2001, p. 36) ao afirmar que "É a partir de questões do mundo de hoje que o professor orienta seus alunos no estudo de situações do passado", ou seja, o ensino de História pode ser utilizado para atrelar o conteúdo da disciplina com o passado da localidade ao qual o aluno está inserido.

Por um longo período, nas aulas de História, os alunos foram ensinados sobre uma história cronológica, dos grandes fatos e personalidades, uma história que não considerava as interações existentes na sociedade. Tal movimento proporcionou compreensão enviesada sobre os fatos históricos, como se os fatos mais próximos à realidade cotidiana não se consumassem como atos de interesse histórico. A aproximação do aluno com a realidade local dá sentido ao processo de aprendizagem, ou seja, para o aluno o ensino passa a ocupar lugar relevante em sua formação.

Sob essa perspectiva, Abud (2017, p. 15) diz que, em volta da História,

> Giram os conhecimentos que nos permitem perceber o pertencimento ao tempo e local em que vivemos. As concepções históricas com as quais travamos conhecimento na escola terão, certamente, papel importante na elaboração de nossas visões de mundo e dos conceitos que nos levarão a atitudes e comprometimentos (ou ao descompromisso) em relação às transformações do mundo que vivemos.

Para Abud, a aproximação do cotidiano dos alunos ao ensino, tem potencial de agregar sentimento de compromisso e até mesmo o compromisso com o processo de ensino-aprendizagem. O ensino de História não pode ser compreendida apenas como um amontoado de conteúdos sequenciais e vazio de sentido, "De outro lado tem-se, para satisfação dos professores, a experiência de que o saber histórico pode contribuir para autoafirmação e autocompreensão das crianças e dos jovens ao longo do tempo e de suas vidas próprias" (Rüsen, 2007, p. 30).

A aproximação dos conteúdos da disciplina História com a realidade local dos alunos é muito positiva e deve ser apropriada pelo professor para potencializar o processo de ensino. Sobre o conhecimento específico da História Local, Samuel (1989, p. 220) diz que, "Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir seus ecos no mercado, ler seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos".

Sendo assim, "Trabalhar com o campo da História Local, não necessariamente é realizar abordagens geográficas e antropológicas do local, mas estabelecer como ponto focal o estudo das relações sociais que se estabelecem dentro daquele espaço" (Barros, 2004, p. 153).

Pode nos surgir a seguinte indagação: em que aspecto o vitorinismo pode se aproximar com a experiência prévia dos alunos? Pode até parecer algo desconexo, porém, não é. É comum utilizarmos determinadas terminologias para nos referirmos a São Luís, por exemplo, “Ilha do Amor” e “Atenas maranhense”, chamo atenção para a terminologia “Ilha Rebelde”, mas de onde veio esse e essa denominação?

A Greve de 1951, liderada pelas oposições coligadas contra Vitorino Freire, ficou conhecida como um dos maiores movimentos com participação popular da história do Maranhão, o despertar da população mais periférica de São Luís marcou o período de maior fragilidade do período vitorinista. Foram mais de 30 dias de paralisação de serviços básicos em São Luís e outros municípios do estado, esse ato de levante popular foi o responsável por cunhar São Luís como Ilha Rebelde. “Convém ressaltar que vários epítetos foram utilizados no decorrer do processo político para representar a ilha de São Luís e o próprio movimento das oposições – tais como Ilha Heróica, Ilha Indomável, Ilha Insubmissa [...]” (Costa, 2001, p. 88).

Tal fato nos faz compreender como a história está em nosso cotidiano, porém, nós somente não nos incomodamos em buscar compreender o significado daquilo que nos cerca. Não é necessário irmos longe de nossa realidade para contemplar a História, ela está muito perto de nós, ela é a própria realidade do cotidiano da sociedade em que estamos inseridos. Essa compreensão deve ocupar um lugar importante nas aulas de História, proporcionar aos alunos a compreensão de que a história não é composta somente por grandes fatos e muito menos por grandes personalidades. Há inúmeras figuras esquecidas.

> o ensino da história local trata das especificidades das localidades, tem uma grande importância, pois ele pode de diferentes formas apresentar aos alunos uma história que parta de um acontecimento ou de um cotidiano que eles conhecem empiricamente e, assim, estudar e relacionar os acontecimentos locais com os acontecimentos globais. (Paim, Picolli, 2007, p. 114)

Nessa discussão, não há como não revisitar a questão do currículo, que é uma das principais ferramentas de auxílio do professor na elaboração de suas aulas, juntamente com o livro didático. Podemos dizer que, o currículo regional assume o papel de ser ponte entre o conteúdo pertencente ao ensino de História e as particularidades locais às quais os alunos estão inseridos e que estão presentes na dinâmica escolar.

A integração entre a História Local e o ensino de História tem a capacidade de tornar o processo de ensino ainda mais enriquecedor e significativo, visto que, a bagagem cultural, valores e conhecimentos prévios que os alunos trazem para a sala de aula não são desprezados,

> Neste sentido, o educador deve partir da realidade na qual os educandos encontram-se inseridos, valorizando os conhecimentos prévios (saberes de experiência) que carregam consigo, de modo que o processo de ensino-aprendizagem se realize no sentido de promover a passagem do que chama de “curiosidade ingênua” para a “curiosidade epistemológica”. (Silva, 2023, p. 9)

É muito importante enfatizar que a abordagem da História Local nas aulas da disciplina de História, possibilita a ampliação dos horizontes do conhecimento para além do conteúdo presente no livro didático, ou seja, tornar a História Local parte dos conteúdo as experiências prévias dos alunos ampliam as possibilidades no trato da História do Maranhão.

4.2. Interseccionando o currículo: possíveis propostas metodológicas para o ensino de História do Maranhão

O DCTMA oferece ao professor o direcionamento não apenas sobre os conteúdos, mas também sobre as habilidades que os alunos precisam desenvolver, porém, sempre surge a indagação sobre como fazer. Nos interessa saber como o vitorinismo é trabalhado em sala de aula, diante disso, compreender as suas ausências e presenças.

Atualmente o professor tem a sua disposição diversas ferramentas que podem ser utilizadas para a elaboração de seus planejamentos, no que tange às habilidades a serem desenvolvidas existe a BNCC e o DCTMA, quando falamos sobre os conteúdos a serem ministrados o livro didático é o principal documento consultado.

> Entendendo o livro didático como um documento, é possível fazê-lo falar e utilizá-lo criticamente mesmo, ou sobretudo, a partir dos problemas que apresenta. (...) o professor irá atuar como pesquisador na tarefa de tratar o livro como um documento, representativo de uma determinada visão de mundo e de história. (Fonseca, 1998, p. 24)

Os livros didáticos ainda figuram como a principal ferramenta para o professor e para os alunos, porém, quando falamos sobre temáticas locais, os livros ofertados por meio do PNLD não contêm esses conteúdos. Quando tratamos sobre a utilização do livro didático, é muito comum que o professor utilize as informações presentes no livro didático para a elaboração do planejamento das aulas, isso pode levar o professor a incorrer no esquecimento de temáticas locais que não estão presentes no livro, porém, aparecem no currículo local.

Visto isso, consideramos importante olhar para o material didático e compreender como essa ferramenta pode servir para auxiliar o professor não apenas durante as aulas, mas também na preparação da aula, considerando também a aplicação de temáticas locais. Para

essa análise, utilizaremos o livro “História Sociedade e Cidadania 9° ano” de Alfredo Boulos Júnior (2022) escolhido no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD 2024-2027).

Figura 1 - Sumário do livro didático “História, sociedade & cidadania”

Fonte: Issuu, 2023.

Considerando o vitorinismo a partir do DCTMA, na produção didática a temática está inserida entre os conteúdos presentes na unidade 1 e os capítulos de 1 a 3. Especificamente o capítulo 2 aborda sobre a formação das oligarquias e apresenta: o coronelismo; a política dos governadores; a República do Café com Leite; a economia na Primeira República; os movimentos de contestação e as dinâmicas culturais da Primeira República.

Uma página é destinada para a apresentação conceitual muito focada no conceito de coronelismo, abordando de maneira muito superficial tal conceito e apresenta uma breve descrição do surgimento e como essas práticas se consumam durante o período da Primeira República, porém, em nenhum momento se preocupa em destacar a delimitação temporal na aplicação do conceito de coronelismo e sequer cita outros conceitos que também são importantes para compreender as práticas existentes antes e após 1930.

Assim como discutido anteriormente, consideramos as discussões e o conhecimento dos conceitos[5], um importante passo para o ensino de História. A presença

[5] A utilização de conceitos no ensino de História é importante para a compreensão dos alunos sobre o que está sendo estudado, porém, destacamos que para os conceitos serem utilizados de forma adequada, o professor precisa estabelecer um planejamento. É importante que nesse trabalho com os conceitos os alunos sejam levados para o centro do processo de construção do conceito, ou seja, dessa forma foge-se do ato de decorar ou apenas repetir um conceito pré-definido.

desses no livro didático possibilita também aos alunos o contato com conceitos importantes para a aprendizagem. Nesse sentido, Bittencourt (2008, p. 183) diz que:

> O conhecimento histórico não se limita a apresentar o fato no tempo e no espaço acompanhado de uma série de documentos que comprovam sua existência. É preciso ligar o fato a temas e aos sujeitos que o produziram para buscar uma explicação. E para explicar e interpretar os fatos, é preciso uma analise, que deve obedecer a determinados princípios. Nesse procedimento, são utilizados conceitos que organizam os fatos, tornando-os inteligíveis.

Dentre outras obras didáticas anteriormente disponibilizadas pelo PNLD, podemos considerar que os livros didáticos produzidos por Boulos Júnior ainda se consolidam como um dos mais completos em informações. Embora haja essas considerações tecidas acima, ao realizarmos análises sobre os livros didáticos, percebemos que de fato carecem, porém, "[...] o problema de tais análises reside na concepção de que seja possível existir um livro didático ideal [...]" (Bittencourt, 2008, p. 300).

Complemento destacando que no manual do professor do livro didático de Boulos Júnior (2022) há a disponibilização de orientações ao professor com sugestões de "encaminhamento", "dica de leitura" e "texto de apoio". Uma das dicas de leitura que podemos considerar como importante para compreender o conceito de coronelismo é o livro de Carvalho (1997) "Mandonismo, coronelismo e clientelismo: uma discussão conceitual". Os campos presentes no livro didático, tanto do professor como no do aluno, são importantes para a complementação do conteúdo em fontes diferentes. Sobre a presença dessas seções complementares com sugestões, Bittencourt (2008, p. 311) frisa que:

> É comum encontrar sugestões de leituras de outros livros, de filmes e de consultas na mídia eletrônica. Há também o incentivo a pesquisas complementares, indicando, de maneira implícita que o livro didático não é e nem deve ser o único material a ser utilizado pelos alunos.

Nesse sentido, considera-se como dica de leitura para uma maior compreensão do conceito de "coronelismo", o livro de Carvalho (1997) "Mandonismo, coronelismo e clientelismo: uma discussão conceitual".

O 9º ano é a etapa do ensino fundamental superior que trabalha diretamente, por exemplo, com o conceito de coronelismo, muito embora essa temática já seja abordada inicialmente quando no 8º ano quando da formação da Guarda Nacional em 1831 e por conseguinte o fortalecimento dos coronéis.

Para além das informações complementares oferecidas aos professores, devo destacar a presença considerável de imagens e charges que podem ser trabalhadas com os

alunos para tornar a aula mais dinâmica e interativa.

Figura 2 - Charge sobre as fraudes eleitorais na Primeira República

Fonte: Issuu, 2023.

No verbete presente ao lado da charge diz:

> Essa charge de 1918 ironiza o processo eleitoral durante a Primeira República. Como sugere o artista, na época até pessoas mortas votavam. O defunto pede para o transeunte validar seu título de eleitor; e ele, sem dizer nada, responde com uma expressão que aparenta uma mistura de espanto e indignação. (Boulos Júnior, 2022, p. 28)

O verbete auxilia os alunos na compreensão da charge ou imagem, porém, isso não anula as possibilidades do professor, que pode utilizá-lo para instigar os alunos na leitura consequente compreensão da mensagem que a charge quer passar, pode ser pensado formas de levar o aluno a compreender conceitos ou até mesmo o período estudo a partir de uma charge ou até mesmo imagem, as possibilidades são consideráveis.

Para além das discussões em torno da estrutura curricular e do livro didático, tivemos em vista aferir a partir do cotidiano escolar, a presença ou ausência do vitorinismo nas aulas de História. Para isso, foi aplicado um questionário com os alunos e uma professora do Centro de Ensino Santa Teresa. A escola é referência como campo de pesquisa acadêmica e tem se mostrado aberta à colaboração para o aperfeiçoamento da *práxis* docente no ensino de História. O Centro de Ensino Santa Teresa é uma escola pública localizada em área periférica do município de São Luís, oferece o ensino fundamental superior e médio e os alunos possuem perfil socioeconômico de baixa renda. A professora trabalha nas redes públicas municipal e estadual.

Inicialmente aplicamos o questionário direcionado aos alunos com 8 perguntas e a aplicação ocorreu com os alunos do 9º ano virtualmente, ou seja, procedemos com o envio do link de acesso à professora que por sua vez disponibilizou o link aos alunos. Ao total, 30 alunos responderam ao questionário, nos possibilitando obter os seguintes resultados:

Tabela 1 - Primeira pergunta do questionário do aluno

Já estudou sobre a História do Maranhão?		
Alternativas	**Quantitativo**	**%**
Sim	12	40%
Não	18	60%

Fonte: Produção própria

O Centro de Ensino Santa Teresa é destaque por sempre se preocupar em trazer a história local como fonte importante no processo de ensino dos alunos. Em especial, destaco o trabalho da professora Marilde Dourado, que leciona a disciplina de História ao Ensino Fundamental II e disciplinas da parte diversificada no Ensino Médio. A escola tem buscado inserir a história local nas aulas, buscando sempre estabelecer uma relação com a localidade a que os alunos pertencem. Apesar disso, ainda é perceptível que muitas das vezes concentramos os esforços na História Geral, relegando a história mais próxima da realidade de nossos alunos a um espaço menor.

Através do questionário, conseguimos perceber que 60% dos alunos não estudaram sobre temáticas relacionadas a História do Maranhão Republicano, enquanto 40% afirmaram já terem estudado em algum momento. Muito embora a escola tenha se empenhado progressivamente em trazer a História local para a sala de aula, ainda é possível sentir a ausência de temáticas relativas à História do Maranhão.

Os motivos podem ser inúmeros, desde o sentimento de não estar preparado para ministrar aulas sobre o conteúdo ou até mesmo por uma questão de tempo, tendo o professor que escolher ministrar os conteúdos que estão na sequência do livro didático ou abordar a História Local.

Tabela 2 - Segunda pergunta do questionário do aluno

Você sabe o que é oligarquia?		
Alternativas	**Quantitativo**	**%**
Sim	19	63,3%
Não	11	36,7%

Fonte: Produção própria

Os alunos do C.E. Santa Teresa, no momento da aplicação do questionário, já haviam concluído o conteúdo sobre a Primeira República, o que nos deu mais segurança para aferir sobre questões conceituais importantes. Relacionado a isso, ao analisarmos o livro didático, é possível perceber que o conceito de oligarquia é muito utilizado no período da República Oligárquica do Brasil, muito embora os alunos já tenham o contato inicial com esse conceito ainda no 6º ano, momento em que é ministrado o conteúdo sobre Grécia.

Para o período da Primeira República, o conceito de oligarquia se encontra bastante presente, nesse sentido, 63,3% dos alunos afirmaram saber o que é oligarquia, enquanto 36,7% afirmam não ter conhecimento. Podemos depreender que, pelo fato de eles já terem entrado em contato com esse conceito posteriormente, uma ampla maioria já tem conhecimento sobre o conceito, porém, uma parcela significativa ainda não consegue conceituar oligarquia.

Tabela 3 - Terceira pergunta do questionário do aluno

Com que frequência temáticas relacionadas a História do Maranhão são abordadas na sala de aula?		
Alternativas	**Quantitativo**	**%**
Frequentemente	9	30%
Às vezes	18	60%
Nunca	3	10%

Fonte: Produção própria

Consideramos a terceira pergunta do questionário como uma das mais importantes, visto que visamos compreender como a temática vitorinista está sendo abordada

em sala de aula, porém, também nos interessa saber sobre as suas ausências e presenças como conteúdo objeto de estudo por parte dos alunos.

Ao conferirmos a frequência com que a temática relativa à história do Maranhão através do DCTMA, é possível perceber que a história local do estado está presente em diversos momentos, sendo assim, o professor pode e deve relacionar diferentes conteúdos ministrados com a História do Maranhão. Através do questionário aplicado, foi possível perceber que a maioria dos alunos só percebe a História do Maranhão sendo ministrada em sala de aula “às vezes”, ou seja, ainda há uma ausência significativa.

Tabela 4 - Quarta pergunta do questionário do aluno

Já ouviu falar ou estudou sobre Vitorino Freire?		
Alternativa	**Quantitativo**	**%**
Sim	12	40%
Não	18	60%

Fonte: Produção própria

Até aqui, os dados coletados nos permitiram compreender que a história do Maranhão não está muito presente em sala de aula. Fato que não se mostrou diferente das expectativas ou da realidade de muitas escolas, ou seja, a História do Maranhão não tem encontrado espaço nas salas de aula. Diante desse cenário, quando especificamos ainda mais as temáticas da história local, é possível perceber uma ausência ainda maior. 60% dos alunos disseram nunca terem ouvido falar ou estudado sobre Vitorino Freire, o que é uma consequência da ausência da História do Maranhão em sala.

Chamo atenção para o óbvio fato de que também cabe ao professor fazer a seleção de conteúdos que ele considere prioridade para a formação dos alunos, ou seja, pode também a História do Maranhão ser alvo dessas seleções. Todavia, considero que, diante da tamanha ausência até aqui percebida, considero importante que a história relativa ao município e ao estado seja trabalhada com a devida importância.

Tabela 5 - Quinta pergunta do questionário do aluno

Já ouviu falar ou estudou sobre a Greve de 1951?		
Alternativa	**Quantitativo**	**%**
Sim	8	26,7%
Não	22	73,3%

Fonte: Produção própria

O Maranhão, assim como outros estados do Brasil, possui seus grupos oligárquicos e sofreu também resistências. No Maranhão, a Greve de 1951 é o principal evento do período vitorinista do Maranhão, porém, é ainda mais desconhecido pelos alunos que a própria figura de Vitorino Freire.

73,3% dos alunos nunca ouviram falar ou estudaram sobre a Greve de 1951. Reafirmo aqui que reputo importante trabalhar em sala de aula a Greve de 1951, um movimento que não assume apenas características da elite política, a massa popular assume papel fundamental e merece atenção. Essa temática tem grande potencial de trazer os alunos a refletirem sobre o local em que vivem, por exemplo, levantar questionamento sobre de onde vem a terminologia “Ilha Rebelde”.

Tabela 6 - Sexta pergunta do questionário do aluno

Sabe o que significa coronelismo, mandonismo e clientelismo?		
Alternativa	**Quantitativo**	**%**
Sim	4	13,3%
Não	8	26,7%
Alguns	18	60%

Fonte: Produção própria

Os conceitos discutidos no primeiro capítulo do presente trabalho são importantes para compreendermos o período inicial e pós Primeira República, porém, essa discussão, apesar de necessária, não é fácil e requer do professor o domínio desses conceitos. A compreensão conceitual é importante, visto que, independentemente da temática, se o

conceito não for devidamente trabalhado, ele se torna mais uma palavra entre outras tantas, sem um sentido claro. Sobre os professores, recai a responsabilidade de apresentar aos alunos os conceitos e seus significados.

Ressalta-se que as respostas do questionário nos possibilitaram compreender se os alunos já tiveram acesso ou não a esses conceitos. 13,3% dos alunos conhecem o significado de coronelismo, mandonismo e clientelismo, 26,7% afirmam não conhecer e 60% afirmam que conhecem apenas alguns dos conceitos colocados. Podemos afirmar que os resultados não fogem muito da expectativa, visto que, era esperado que uma parcela maior afirmasse que conhece apenas alguns, pois durante as aulas acaba por nem todos os conceitos receberem a devida atenção.

Tabela 7 - Sétima pergunta do questionário do aluno

Se apenas alguns, Quais?		
Alternativa	**Quantitativo**	**%**
Coronelismo	16	76,2%
Mandonismo	2	9,5%
Clientelismo	3	14,3%

Fonte: Produção própria

Em conexão com a pergunta anterior, visamos averiguar entre aqueles que responderam conhecer apenas alguns dos conceitos com os quais especificamente eles tiveram contato. 76,2% afirmaram conhecer o conceito de coronelismo, 9,5% afirmaram conhecer o conceito de mandonismo e 14,3% afirmaram conhecer o conceito de clientelismo.

Novamente, retomamos a afirmação de que os resultados obtidos mediante a sexta e sétima pergunta não fogem muito das expectativas. O conceito de coronelismo é muito mais explorado do que outros conceitos que, na mesma medida, também são considerados importantes, muito provavelmente pelo motivo de ser o principal conceito abordado no livro didático e por consequência leva o professor a dar mais importância à sua exposição.

Tabela 8 - Oitava pergunta do questionário do aluno

Você considera importante estudar sobre a história do Maranhão?		
Alternativa	**Quantitativo**	**%**
Sim	30	100%
Não	0	0%

Fonte: Produção própria

A última pergunta do questionário parece ser muito simplista ou até mesmo desnecessária, porém, os resultados obtidos através do questionário afirmam sua importância, ou seja, muito embora todos os alunos que responderam o questionário compreendam ser importante estudar a história do Maranhão ela não está presente na sala de aula ou no mínimo não se apresenta como deveria.

A partir do questionário aplicado com os alunos, conseguimos concluir que, muito embora os alunos compreendam a importância de trazer a História do Maranhão para a sala de aula, é perceptível que não está presente, no mínimo não está como deveria. Outra coisa que foi possível perceber, diz respeito ao contraste existente entre o conhecimento de temáticas ligados a História do Brasil e a História Local, ou seja, quando perguntados sobre conceitos que não necessariamente são intrínsecos a alguma temática da história local uma maior quantidade de alunos demonstraram conhecimento, porém, quando foi perguntado sobre se conheciam a figura de Vitorino Freire e a Greve de 1951 a quantidade de alunos que demonstraram conhecer era muito pequena. Isso nos possibilita concluir que, quanto mais especificamos o conhecimento regional, a demonstração de desconhecimento tende a aumentar.

Além de aplicar o questionário com os alunos, aplicamos também um questionário com a professora Marilde Dourado, que ministra aulas de História no Centro de Ensino Santa Teresa. O questionário contou com 10 questões, tendo sido disponibilizado de forma online para a professora poder responder.

Iniciamos o questionário buscando saber o segmento da educação básica no qual a docente ministra aulas. A professora respondeu que ministra aulas para o Ensino Fundamental II, esse é o segmento que nós nos destinamos a analisar, principalmente devido à grade de conteúdos. O Novo Ensino Médio segui a BNCC assim como o fundamental II, porém, com a nova estrutura curricular estabelecida pelo Novo Ensino Médio e consequentemente a redução

da carga horária trabalhar as temáticas concernentes à História Local ficará ainda mais difícil, sobrando como válvula de escape trabalhar essas temáticas na base curricular diversificada.

O professor pode se apropriar de inúmeras ferramentas no processo de construção de seus planejamentos, desde o próprio material didático até os documentos curriculares que indicam os conteúdos a serem ministrados pelo professor. Visto isso, a segunda pergunta do questionário destinado à professora objetivou saber quais ferramentas ela utiliza para planejar suas aulas, apontando como alternativas: BNCC; DCTMA; e o Livro Didático.

A professora assinalou que utiliza a BNCC, o DCTMA e o livro didático. Geralmente, essas são as ferramentas utilizadas para a realização dos planejamentos de aula. Consideramos muito importante ressaltar que, entre os documentos apresentados, um não anula o outro, porém, destacamos que, se o objetivo é construir um planejamento que considere as temáticas relativas à história local, o documento curricular deve ganhar atenção especial por parte do professor.

Embora a professora tenha destacado que utiliza todas as ferramentas apresentadas para a elaboração de seus planejamentos, visamos compreender qual ela considera mais importante, ou seja, que não pode faltar. Na terceira questão do questionário, a professora respondeu que considera a BNCC como o documento curricular mais importante para a elaboração de seus planejamentos, porém, como já destacamos anteriormente, a BNCC é o documento base para a elaboração dos currículos, mas ele não possui as temáticas concernentes à História Local, por exemplo, a temática sobre vitorinismo só está presente no DCTMA.

A quarta pergunta objetivava saber se a professora trabalha temáticas da História do Maranhão em sala de aula. A resposta da professora foi positiva, ou seja, a História do Maranhão está presente na sala de aula, porém, até o momento é possível perceber que a história do Maranhão até pode estar presente na sala de aula, mas ainda vive sob ausências e presenças, considerando também as respostas obtidas através do questionário dos alunos.

A partir da quinta pergunta presente no questionário do professor, buscamos compreender especificamente sobre as presenças ou ausências do vitorinismo. Foi perguntado se a professora já ministrou aula sobre vitorinismo, a resposta foi “não”, ou seja, a professora nunca ministrou aula sobre essa temática. Isso reflete diretamente nos resultados obtidos através do questionário do aluno, onde a maioria afirmou nunca ter tido contato com a temática em sala de aula.

Uma mescla de situações pode contribuir para que temáticas como o vitorinismo

acabem ficando em segundo plano, onde geralmente acabam sequer sendo apresentadas aos alunos. No DCTMA, por exemplo, a temática está disposta entre a República Oligárquica e a Era Vargas, um período que traz inúmeros detalhes históricos importantes, fazendo possivelmente com que o vitorinismo se torne uma informação de "menor importância".

No que tange aos conceitos de coronelismo, mandonismo e clientelismo, também foram alvo de perguntas no questionário. A resposta a este questionamento visava compreender quais desses conceitos são abordados nas aulas de História, principalmente durante a Primeira República. Ao ser questionada sobre quais conceitos trabalha em sala de aula no contexto da República Oligárquica, foram apresentadas as seguintes alternativas: coronelismo; mandonismo; e clientelismo. Sobre o trato dos conceitos das aulas de História, a professora respondeu que trabalha todos os conceitos apresentados.

Sobre a abordagem da história do Maranhão na sala de aula, objetivamos saber se o livro didático é suficiente para a professora ministrar aulas sobre temáticas locais ou se busca por fontes complementares. A resposta que obtivemos nos mostra que a professora busca outras fontes para ministrar aulas sobre a história do Maranhão, isso é até um caminho natural, visto que, os livros didáticos disponibilizados aos alunos não contemplam temáticas da história do Maranhão.

A ausência de livros didáticos ou paradidáticos voltados para a História do Maranhão é um dos fatores que dificultam a abordagem de temáticas locais, cabendo ao professor se aprofundar no assunto por outros meios, por exemplo, artigos científicos, e neste caso compete ao professor ter que fazer a transposição daquelas informações para os alunos.

Assim como esteve presente no questionário direcionado aos alunos, aparece na oitava pergunta do questionário direcionada a professora, tal pergunta parece insignificante, porém, é importante entendermos a importância que o ensino da história local possui para poder assumir o devido lugar na sala de aula. Decerto, o empenho do professor em aprofundar o conhecimento sobre temáticas que sequer estão presentes no livro didático, requer o empenho e reconhecimento do professor sobre a importância do assunto. "É no âmbito local que a História é vivida e é onde, pois, tem sentido para o sujeito da História" (Martins, 2000, p. 132). A História local, é muito importante para os alunos compreenderem determinado conteúdo mediante sua realidade, ou seja, a História não pode ser uma disciplina de fatos por fatos, para ser atrativa ao aluno é necessário que esses fatos façam sentido diante de sua realidade cotidiana.

O trabalho do professor não começa simplesmente no planejamento e termina na

ministração da aula, o professor também é um pesquisador, portanto aprendiz, devendo se aperfeiçoar constantemente nos aspectos teóricos e metodológicos. Quando falamos da história local ainda é algo nebuloso, que suscita receios em muitos docentes.

A nona pergunta, visa saber se a professora se considera preparada para ministrar aulas sobre temáticas concernentes a História do Maranhão, a resposta obtida foi negativa, ou seja, a professora não se considera preparada para ministrar aulas sobre História do Maranhão, muito embora já tenha se mostrado disposta a buscar novas informações em outras fontes.

Se analisarmos a sétima, oitava e nona pergunta do questionário sob um mesmo prisma, conseguimos extrair da professora um sentido lógico em suas respostas. Na sétima pergunta, observamos que a professora anseia em adquirir novas informações sobre a história do Maranhão, buscando outras fontes e não se detendo apenas nas informações contidas no livro didático, que em muitos casos prende o professor, limita as perspectivas e as possibilidades didáticas. Na oitava pergunta, percebemos que a professora considera importante que a História do Maranhão seja trabalhada em sala de aula, e isso é um reflexo do seu empenho em buscar o enriquecimento dessas temáticas quando trabalhadas em sala.

Na nona pergunta, a professora expressa não se sentir preparada para ministrar aulas sobre a História do Maranhão, um sentimento que não é particular de um único professor, muitos outros não se consideram preparados para ministrar aula sobre temáticas da história local. Em síntese, as respostas da professora nos possibilitou entender que atualmente há uma busca por mais informações e enriquecimento do conteúdo, por considerar importante que a História do Maranhão esteja presente na sala de aula, porém, é fato que em muitos momentos o professor não se sente preparado ou confortável em abordar temáticas voltadas para a história local.

Como observado anteriormente os professores podem dispor de inúmeras ferramentas para elaboração dos planejamentos, porém, na décima pergunta do questionário objetivamos saber em um grau de 0 a 5 o quanto a professora considera importante a oferta de livro didático ou paradidático com temáticas da história do Maranhão, incluindo o vitorinismo. A resposta da professora foi em grau máximo, ou seja, para a professora seria importante contar com materiais complementares que enriqueçam as aulas de História do Maranhão, e ampliar provavelmente o sentimento de importância que essas temáticas possuem. Consideramos essa pergunta como uma das mais importantes, não há pessoa que melhor conheça as vivências e as realidades da sala de aula que o professor, incluindo as deficiências na oferta de materiais complementares.

A oferta de materiais complementares, como o paradidático, sobre História do Maranhão, são pouquíssimos ou até mesmo inexistentes. O potencial que esses materiais possuem é significativo para ampliar o acesso dos alunos aos conteúdos que fazem parte de sua realidade local, fatos que foram fundamentais na construção da sociedade a que pertencem e principalmente como essa sociedade participou desse processo.

Em linhas gerais, sobre a presença ou ausência da temática vitorinista na sala de aula e as formas como é abordada, foi possível compreender que as temáticas relacionadas com a História Local ainda permanecem sobre ausências. Especificamente sobre a temática vitorinista é evidente que não é abordado em sala de aula e muita na maioria das vezes passa despercebido, ousamos dizer que por vezes não passa despercebido, o professor por não se considerar preparado para abordar aquele conteúdo, faz a escolha de não ministrar. Considero importante destacar que, os resultados obtidos a partir do questionário nos dá apenas um recorte muito pequeno e centrado no Centro de Ensino Santa Teresa, portanto não pode ser alvo de generalizações, porém, nos possibilita compreender que há a possibilidade desse recorte venha a ser encontrado na realidade de outras escolas.

Ao realizarmos uma análise sobre o livro didático disponibilizado aos alunos e por sua vez, os questionários, a ausência de temáticas relacionadas à História Local ficou confirmada, é óbvio que não estamos atestando a sua ausência integral, ou seja, há sim temáticas da História do Maranhão que são abordadas, porém, no que tange a oligarquia vitorista na sala de aula como nosso objeto de análise, ficou perceptível sua ausência.

Consideramos que, os conceitos que já reputamos como importantes para compreender não as interações políticas do período republicano, não são abordados a contento, visto que, muitos dos conceitos ainda não são conhecidos pelos alunos, diferente do conceito de coronelismo que não necessariamente é um conceito próprio do período republicano, tendo seu surgimento ainda no período imperial. Ainda temos muito que avançar na ampliação das discussões conceituais e metodológicas para tornar progressivamente a História Local, em especial o vitorinismo, uma temática alvo do conhecimento escolar.

4.3. Possíveis contribuições metodológicas para o ensino da História no Ensino Básico

Na atualidade, ainda nos deparamos com professores que carregam consigo inúmeros desafios, principalmente quando analisamos seu papel de professor como alguém que precisa enfrentar os desafios com os quais se depara no cotidiano escolar. É inegável que isso está diretamente ligado com a formação de professores, onde os novos professores

precisam compreender as diferentes realidades e desafios que precisam ser enfrentados cotidianamente.

Nas últimas décadas, os caminhos para a formação de professores se expandiram e novas concepções sobre o papel do professor e seu ofício nos permitiram romper com inúmeras práticas que se mostraram pertencentes a uma lógica de dominação e reprodução de uma lógica específica. Freire (1996, p. 21) afirma que "Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção", ou seja, o ensino não deve ser um processo unilateral, em todo o processo há diversos atores e cada um deve assumir seu lugar de importância.

> Pensar a formação do professor é, para nós, debater alternativas que possibilitem uma formação pedagógica comprometida com o rompimento e a desconstrução de verdades absolutas, de práticas tradicionais, como a que reforça os papéis de professor-transmissor e aluno-receptor. (Mesquita; Fonseca, 2006, p. 334)

O professor não é um mero transmissor de conhecimento, é um formador e possui a capacidade de transformar pessoas através da aprendizagem. Destaco também que não deve interessar um amontoado de informações sem uma devida contextualização, tornando para o aluno algo massante e sem qualquer sentido.

Ainda sobre a formação de professores, se destaca que:

> Formar professor de História significa proporcionar ao profissional as condições reais para produzir conhecimentos, dialogar com as diferentes fontes e saberes construídos para transgredir as práticas pedagógicas, materiais didáticos e guias curriculares que, muitas vezes, aprisionam e submetem o debate, o conhecimento e a reflexão sobre a própria experiência. (Mesquita; Fonseca, 2006, p. 342)

Nesse estudo, trouxemos a História Local para o centro das discussões levantadas através do presente trabalho, objetivando a valorização das vivências, experiências e memórias dos alunos que foram envolvidos neste estudo.

Em se tratando de metodologias a serem trabalhadas em sala de aula, Carlini (2013, p. 127) por sua vez diz que: "A aula significativa, que acrescenta sentido novo ao universo de conhecimento dos alunos, é aquela que estabelece continuamente a relação entre a teoria estudada e a realidade vivida", ou seja, os alunos não podem viver uma eterna teoria sem a devida contextualização, ou melhor dizendo, valorização da realidade vivida por cada indivíduo.

É comum ver professores que desejam implementar novas práticas em suas aulas, porém, em diversos casos, é possível encontrar barreiras, sejam elas criativas ou até mesmo tecnológicas, para concretizar tal desejo. Muitas das vezes, para que isso se consolide, o

professor precisa superar seus limites e lançar mão de práticas com as quais se quer possui familiaridade.

> O ofício do professor de História neste devir deve se abrir a miríades de possibilidades trazidas pela convergência midiática (as várias mídias que se encontram dentro da internet) que reverbera linguagens diferenciadas em sua forma e conteúdo. Frente às complexas realidades presentes no ambiente escolar, o professor deve colocar um fim em suas certezas absolutas. (Barros; Coelho; Camargos; Lélis; Júnior, 2020, p. 50)

No afã de colaborar com o ensino da História Local, em especial o ensino sobre a Oligarquia vitorinista, apresentamos sugestões de atividades, dinâmicas que podem ser realizadas com o intuito de tornar essa temática ainda mais atrativa e significativa. Possíveis ações ou atividades que podem ser realizadas são:

- Busca por novas bibliografias para poderem complementar os textos já disponíveis;
- Abordar a Greve de 1951 a partir da perspectiva de Maria Aragão, instigando a compreensão da temática para além da figura de Vitorino Freire. Apresentando também Maria Aragão como uma das mais importantes figuras femininas do período e principal liderança política na oposição à oligarquia de Vitorino Freire;
- Utilizar imagens e jornais de época;
- Aplicação de quizz como método interativo para instigar a compreensão da temática trabalhada;
- O Bingo da Raposa, um bingo realizado a partir de perguntas relacionadas a acontecimentos do período vitorinista e na cartela, deverá ser marcada a resposta da pergunta feita pelo professor.
- Jogo de cartas, onde o objetivo é derrubar a oligarquia de Vitorino Freire, feito que pode ser alcançado mediante cartas que concedem ao jogador realizar acordos políticos e mobilizações populares, enquanto o representante da oligarquia (professor), pode praticar atos de mandonismo e clientelismo para aumentar sua popularidade ou contar com cartas de apoio do governo federal.

Metodologicamente há diversas possibilidades que o professor pode lançar mão para ministrar aulas sobre o período vitorinista do Maranhão, desde o uso de imagens até jogos que busquem instigar os alunos a participarem da aula e consequentemente conseguirem uma melhor compreensão do conteúdo ministrado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões levantadas por meio deste trabalho possuem potencial de proporcionar mudanças na forma de como abordar a História Local é abordada na sala de aula. Estudar e levantar discussões sobre a História do nosso estado é também auxiliar na compreensão de quem somos mediante os acontecimentos históricos. Podemos ir além, a História Local nos possibilita colocar o foco não nas grandes personalidades ou grandes fatos históricos, nos possibilita compreender os acontecimentos a partir das pessoas que sempre foram colocadas no anonimato.

Durante todo o decorrer do trabalho, buscamos sempre relacionar o vitorinismo com o ensino de História, considerando que esse era nosso objetivo principal, analisar essa relação. Para isso, foi necessário fazer as discussões mais teóricas. Dessa maneira, ao realizarmos uma breve discussão sobre os conceitos, percebemos que realmente ainda é uma questão que precisa ser melhor trabalhada, considerando que os conceitos possuem direto impacto no ensino de História. Embora seja perceptível que a oligarquia vitorinista possui características semelhantes ao coronelismo, compreendemos que na realidade o vitorinismo praticava o clientelismo urbano. As semelhanças existentes entre os conceitos podem gerar confusões, por esse motivo precisam ser melhor delimitadas.

Durante o desenvolvimento do trabalho, nos apropriamos da História Local para analisar a presença ou ausência do vitorinismo na sala de aula. Tal perspectiva nos possibilitou ter uma melhor compreensão não apenas do fator histórico como também do ponto de vista escolar, ou seja, a História Local deve ser objeto do conhecimento escolar. Porém, precisamos compreender que a História Local não se trata de um isolacionismo de conteúdos. Nessa mesma perspectiva, Bittencourt (2008, p. 166) alerta para o “cuidado de não situar os temas da vida cotidiana de forma isolada dos contextos históricos e dos temas tradicionais”. Tomo, por exemplo, o próprio vitorinismo, que não pode ser compreendido sem o auxílio da História do Brasil, sob risco de se tornar apenas fatos descontextualizados.

O material didático também foi alvo de análises e reflexões, visto que, em muitas realidades, o material didático é o único material mais acessível que os alunos e o professor possuem para explorar os conteúdos. Foi possível perceber que os materiais didáticos ofertados aos alunos não trazem em seu bojo a História Local, nesse sentido o professor deve assumir a missão de buscar informações complementares.

Diante dos resultados obtidos através das discussões levantadas e dos dados do questionário aplicado, conseguimos depreender que o vitorinismo não é uma temática

presente como conteúdo da disciplina de História. Assim, tivemos em vista apresentar sugestões que podem ser aplicadas nas aulas de História para abordar o vitorinismo a partir de uma perspectiva mais lúdica, fugindo do tradicionalismo e rotina das aulas. A utilização de jogos de cartas, bingo, utilização de imagens e até mesmo textos complementares surgem como possibilidades na busca por trazer a História Local para as aulas de História.

REFERÊNCIAS

1. FONTES

Jornais:

O que são as Oposições Coligadas, **Voz Operária**, 29 de Setembro de 1951.

2. DOCUMENTOS

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História, Sociedade & Cidadania**, 9º ano. 1 ed. São Paulo: FTD, 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Versão Final. Ministério da Educação Básica. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 2 ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.

MARANHÃO. **Documento Curricular do Território Maranhense**: para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

MARANHÃO. **Proposta Curricular da Rede Municipal de Educação de São Luís – MA**. São Luís: Secretaria Municipal de Educação – SEMED, Secretaria Adjunta de Ensino, 2023

3. BIBLIOGRAFIA

ABUD, Katia Maria. Ensino de História e Base Nacional Comum Curricular: Desafios, incertezas e possibilidades. In: RIBEIRO JÙNIOR, Halferd Carlos; VELÈRIO, Mairon Escorsi. **Ensino de História e Currículo:** Reflexões sobre a Base Nacional Curricular, formação de professores e prática de ensino. Jundiaí: Paco Editoria, 2017.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia:** geral e Brasil. 3ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ARRUDA, Luiz Gustavo Lima. Apontamentos sobre mandonismo, coronelismo e clientelismo: continuando o debate conceitual. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais** [...] Natal: Anpuh, 2013. p. 01-18.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BARROS, Patrícia Marcondes de. COELHO, Bianca. CAMARGOS, Heloisa. LÉLIS, Inês Caroline. JÚNIOR, Marcelo Kloster. **Didática de transição:** a formação docente e o ensino remoto emergencial em tempos de pandemia. Revisa Dito Feito. Curitiba, v. 11, n. 19, p. 48-57, jul/dez, 2020.

BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico em sala de aula:** Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1998.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BITTENCOURT, Circe. A Identidade Nacional e Ensino de História do Brasil. P.185-204. In.: KARNAL, Leandro. (Org.) **História na sala de aula:** conceitos, práticas e propostas. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

BITTENCOURT, Drielle Souza. **História política, biografia e imprensa:** uma nova ferramenta para o ensino de História do Maranhão Contemporâneo por meio da trajetória política de José Sarney (1950-1970), 2019. 135f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2019.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2001.

BOBBIO, Norberto. Verbetes "Política". In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (org.). **Dicionário de política**. 11 ed. Brasília: UnB, 1998.

BUZAR, Benedito. **O Vitorinismo:** Lutas Políticas no Maranhão (1945 a 1965). São Luís: Lithograf- Indústria Gráfica e editora Ltda, 1998.

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim. A nova história política e a história regional. ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH, 8, 2010, Vitória, ES. **Anais** [...] Vitória, ES: Anpuh, 2010. p. 01-08.

CARLINI, Alda Luiza. E AGORA: preparar a aula. In: Marta Scarpato. (Org.). **Os procedimentos de ensino fazem a aula acontecer.** 2 ed. São Paulo: Avercamp, 2013, v. 1, p. 127-136.

CARVALHO, José, Murilo de. **Cidadania no Brasil:** O longo Caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. "Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual." In. **Dados**, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 40, n. 2, 1997. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-5258199700 0200003. Acesso em: 20 jun. 2024.

COSTA, Wagner Cabral da. **Do "Maranhão Novo" ao "Novo Tempo": trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão**. São Luís: UFMA, 1997.

COSTA, Wagner Cabral da. A raposa e o canguru: crises políticas e estratégias periféricas no Maranhão (1945-1970). In: **História do Maranhão:** novos estudos. São Luís: UFMA. 2004.

COUTO, Cláudio Gonçalves. Oligarquia e processos de oligarquização: o aporte de Michels à análise política contemporânea. **Revista De Sociologia e Política**, v. 20, p. 47-62, 2012.

DREIFUSS, René. **1964**: A Conquista do Estado. Ação Política, poder e golpe de classe. Rio

de Janeiro, Vozes, 1981.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. **O livro didático na sala de aula**: possibilidades para a prática do ensino de história. Caderno do Professor, Belo Horizonte, n.3, p. 23-29, out. 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005

FREIRE, Vitorino. **A laje da raposa:** memórias. Rio de Janeiro: Guavira Editores LTDA, 1978.

GUILHON, Maria Virginia Moreira. Sarneísmo no Maranhão: os primórdios de uma oligarquia. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v.11, n. 1, p. 1-21. jan./jun. 2007.

HOBBES, Thomas. **Leviatã:** ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. São Paulo: Martin Claret, 2014.

IANNI, Octavio. Processo político e desenvolvimento econômico. In: Octavio Ianni (org.) **Política e Revolução Social no Brasil**. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 1965.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **O Coronelismo**: uma política de compromissos. São Paulo: Brasiliense, 1981. Disponível em: https://www.academia.edu/36694356/JANOTTI_Maria_de_Lourdes_Monaco_Coronelismo_Uma_Politica_de_Compromissos_COMPLETO. Acesso em: 20 jun. 2024.

JULLIARD, Jacques. A Política. *In:* LE GOFF, J.; NORA, P. (Orgs.). **História:** Novas Abordagens. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora s.a., 1995. p. 180-196.

LACERDA, Maykon Albuquerque. **"AS CANGALHAS MARANHENSES"**: o coronelismo configurado na imagem de Vitorino Freire, entre 1945 a 1965. Mundo Livre: Revista Multidisciplinar, v. 5, n. 2, p. 115 - 131, ago/dez 2019.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo Enxada e Voto**: o munícipio e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LENARDÃO, Elsio. Gênese do clientelismo na organização política brasileira. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n.11/12, p.109-120, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** Teoria e Prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira de, TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, Estruturas e Organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

MARTINS, José de Souza. **A Sociabilidade do Homem Simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

MENDES, Raíssa Caroline Macau. O Ensino de História do Maranhão na educação básica: a abordagem da Oligarquia Sarneísta em sala de aula na escola municipal "UEB Luís Viana". São Luís, 2020. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2020.

MESQUITA, Ilka Miglio de. FONSECA, Selva Guimarães. **Formação de professores de História:** experiências, olhares e possibilidades. História Unisinos. Rio Grande do Sul, v. 10, n. 3, p. 333-343, set/dez, 2006.

MOREIRA, Neiva. **O pilão da madrugada.** Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, 1989.

NAPOLITANO, Marcos. Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. *In:* KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

PAIM, Elison Antônio; PICOLLI, Vanessa. **Ensinar história regional e local no ensino médio**: experiências e desafios. História & Ensino: Londrina, v.13. p. 107-126, set. 2007, p. 114.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **A Nova História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PICCOLO, Monica, "O Sarneísmo rumo ao Poder: disputas eleitorais e o projeto Maranhão Novo", in: PICCOLO, Monica, SULIDADE, Mariana (Org.), **Maranhão republicano em foco:** imprensa e historiografia, São Luís, Editora Shalom/EDUEMA, 2015.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

REIS, Flávio. **Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão**. São Luís: [s.n.], 2007.

RÉMOND, René. Por Que a História Política?. **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 07, n. 13, 1994.

RIBEIRO, Paulo Rios. **"Greve de 51":** mito ou verdade? Monografia (Graduação em História) – Centro de Estudos Básicos, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1997. p.93.

RÜSEN, Jörn. **História Viva:** formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora da UnB, 2007.

SACRISTÁN, José Gimeno O que significa o currículo? In: SACRISTÁN, José Gimeno (org). **Saberes e Incertezas sobre o Currículo**. Porto Alegre: editora Penso, 2013.

SAMUEL, Raphael. **História local e história oral**. Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH, v.9, n. 19, p. 219-242, 1989.

SAVIANI, Demerval. **Educação escolar, currículo e sociedade:** o problema da base nacional comum curricular. Movimento: Revista de Educação, ano 3, n.4, p.54-84, 2016.

SEFFNER, Fernando. **Aprendizagens significativas em História:** critérios de construção para atividades em sala de aula. Revista História Unicruz, Cruz Alta, v. 2, p. 18-23, 2001.

SILVA, Max Rodolfo Roque da. **Ensino de História e novas tecnologias:** desafios e perspectivas. Ensino em Perspectivas: Fortaleza, v. 4, n. 1, p. 1-19, mar. 2023.

STOPPINO, Mario. Verbetes “Poder”. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (org.). **Dicionário de política**. 11 ed. Brasília: UnB, 1998.